

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**ROSELI FRANCISCO DA ROCHA DIAS**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
UM ESTUDO A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE FAMILIARES,  
PROFESSORES E GESTORES EDUCACIONAIS**

**SÃO MATEUS-ES  
2020**

ROSELI FRANCISCO DA ROCHA DIAS

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
UM ESTUDO A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE FAMILIARES,  
PROFESSORES E GESTORES EDUCACIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo

SÃO MATEUS-ES  
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

D541i

Dias, Roseli Francisco da Rocha.

Inclusão de crianças autistas na educação infantil: um estudo a partir das concepções de familiares, professores e gestores educacionais / Roseli Francisco da Rocha Dias – São Mateus - ES, 2020.

92 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof. Dr. Edmar Reis Thiengo.

1. Autismo. 2. Educação infantil. 3. Inclusão escolar. I. Thiengo, Edmar Reis. II. Título.

CDD: 371.9

**ROSELI FRANCISCO DA ROCHA DIAS**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE  
FAMILIARES, PROFESSORES E GESTORES EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração a Educação e a Inovação.

Aprovado em 16 de novembro de 2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
Orientador



---

**Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Prof. Dr. Michell Pedruzzi Mendes Araujo**  
Faculdade de Educação -  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Dedico a minha filha Patrícia, um exemplo de superação e orgulho.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao término desta caminhada quero agradecer primeiramente a Deus, que esteve presente em todas as ocasiões, sendo minha fonte de energia e inspiração, por iluminar meus caminhos e guiar meus passos e jamais me deixar desistir.

Ao meu esposo e filhos, pelo amor, cumplicidade, paciência, dando-me o apoio nos momentos mais difíceis e dando forças que eu necessitava para concluir mais esta etapa em minha vida acadêmica.

Ao meu orientador Prof. Dr Edmar Reis Thiengo por acreditar no meu potencial, não medindo esforços para me auxiliar, pela enorme contribuição nas orientações deste trabalho, por toda paciência e empatia durante todo o processo.

Aos entrevistados/ pais, professores e gestor, meus agradecimentos pela confiança e participação nesta pesquisa.

Aos colegas e amigos que conquistei durante esta jornada acadêmica, em especial minha amiga Renata Corti. Grata pelos momentos de descontração, risadas, pelos abraços nos momentos difíceis, pelo carinho, incentivo, conselhos e pelos grandes momentos que pude compartilhar com vocês que ficarão marcados em nossas vidas.

“Para viver a inclusão, temos que sair de nós e nos colocar no lugar do outro. Assim aprendemos a conviver no mundo!”

(Maria Tereza Eglér Mantoan)

## RESUMO

DIAS, R. F. R. **Inclusão de crianças autistas na educação infantil: um estudo a partir das concepções de familiares, professores e gestores educacionais.** 2020. 92f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus – Espírito Santo, 2020.

Diante de fatores que auxiliam o processo inclusão, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como pais, professores e escola promovem a inclusão de estudantes autistas na educação infantil, em uma escola localizada no município de Vitória/ES. Destaca pesquisas realizadas sobre o processo de inclusão, com abordagem teórica dos conceitos de educação inclusiva, mais especificamente as que tratam do autismo infantil, além de percorrer registros sobre inclusão de autistas no contexto escolar, fundamentando-se em autores como Maria Tereza Eglér Mantoan, aspectos históricos relacionados à educação inclusiva segundo fundamentos de Marcos José da Silva Mazzota e Gilberta de Matino Januzzi, a educação da criança autista com base nas teorias de Eugênio Cunha, Carlo Schmidt, Marion Leboyer, entre outros. Indicam os procedimentos metodológicos deste estudo abarcando a pesquisa qualitativa de cunho descritivo, com abordagem teórica dos conceitos e teorias de educação inclusiva, em que os sujeitos abordados são pais, professor regente, professor especializado em deficiência atuante nessa escola e gestor escolar. Discorre sobre o pensamento dos indivíduos da pesquisa a respeito da inclusão na educação infantil, nota-se que a maioria dos entrevistados é enfático ao afirmar que ainda há muitas dificuldades encontradas e o despreparo da maioria dos profissionais envolvidos. Assinala, via análise de resultados, que o processo de inclusão obteve avanços significativos na concepção de Educação Inclusiva na educação infantil, em que cada indivíduo é visto como único e respeitando suas particularidades. Destaca por fim o produto resultante da dissertação, composto por uma carta de uma mãe de autista a pais, professores e educadores, bem como conjunto de informações endereçadas àqueles que têm os primeiros contatos com o universo autista como forma de orientações iniciais.

**Palavras-chave:** Autismo; Educação Infantil; Inclusão Escolar.



## ABSTRACT

DIAS, R. F. R. **Inclusion of autistic children in early childhood education: a study based on the concepts of family members, teachers and educational managers.** 2020 92f. Dissertation (Master) - Faculty Vale do Cricaré, São Mateus - Espírito Santo, 2020.

Faced with factors that assist the inclusion process, this research has as main objective to understand how parents, teachers and school promote the inclusion of autistic students in early childhood education, in a school located in the city of Vitória / ES. It highlights research carried out on the inclusion process, with a theoretical approach to the concepts of inclusive education, more specifically those dealing with childhood autism, in addition to going through records on the inclusion of autistic children in the school context, based on authors such as Maria Tereza Eglér Mantoan, historical aspects related to inclusive education according to Marcos José da Silva Mazzota and Gilberta de Matino Januzzi, the education of the autistic child based on the theories of Eugênio Cunha, Carlo Schmidt, Marion Leboyer, among others. They indicate the methodological procedures of this study encompassing qualitative research of a descriptive nature, with a theoretical approach to the concepts and theories of inclusive education, in which the subjects addressed are parents, a conducting teacher, a teacher specializing in disabilities working in that school and a school manager. It discusses the thinking of the research subjects regarding inclusion in early childhood education, it is noted that the majority of respondents is emphatic when stating that there are still many difficulties encountered and the unpreparedness of most professionals involved. It points out, through results analysis, that the inclusion process has achieved significant advances in the concept of Inclusive Education in early childhood education, in which each individual is seen as unique and respecting their particularities. Finally, it highlights the product resulting from the dissertation, composed of a letter from an autistic mother to parents, teachers and educators, as well as a set of information addressed to those who have their first contacts with the autistic universe as a form of initial guidelines.

**Keywords:** Autism; Child education; School inclusion.

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AMA – Associação de Amigos do Autista

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

DCN'S – Diretrizes Curriculares Nacionais

DESE – Departamento de Educação Supletiva e Especial

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBC – Instituto Benjamim Constant

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONG'S – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNEE – Política Nacional de Educação Especial

SME – Secretaria Municipal de Educação

SENEB – Secretaria Nacional de Educação Básica

SESPE – Secretaria de Educação Especial

TEA – Transtorno do Espectro Autista

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1	INCLUSÃO ESCOLAR E AUTISMO: UMA INTRODUÇÃO.....	10
1.1	JUSTIFICATIVA.....	12
1.2	DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	13
1.3	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	14
2	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: INFERÊNCIAS EDUCACIONAIS.....	16
2.1	EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	16
2.2	EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: LEGISLAÇÃO.....	19
2.3	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: O QUE É.....	22
2.4	ETIOLOGIA AUTISTA - MODELOS.....	29
2.4.1	Gêneros afetados pelo autismo.....	31
2.5	A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA AUTISTA .....	32
3	METODOLOGIA .....	36
3.1	SUJEITOS DA PESQUISA.....	36
3.2	AMBIENTE DA PESQUISA.....	37
3.3	MATERIAIS E MÉTODOS .....	38
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4.1	PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	41
4.2	DISCUTINDO AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	46
4.3	FAMÍLIA E ESCOLA: AÇÕES EM PROL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	59
4.4	REFLEXÕES E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL.....	62
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICE A - CARTA DE UMA MÃE DE AUTISTA para pais, professores e educadores CELEBRE A DIFERENÇA: AUTISMO.....	89
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSOR.....	89
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PAIS.....	90
	APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTOR.....	91

## 1 INCLUSÃO ESCOLAR E AUTISMO: UMA INTRODUÇÃO

As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus vôos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar.

***Jesica Del Carmen Perez***

Muito tem sido pesquisado, discutido sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), aparentemente, a criança nada demonstra nos primeiros meses e até anos de vida a ocorrência desse transtorno. De repente, “ela” não desenvolve bem a linguagem, não se importa com quase nada, além de um ou outro item específico, tem ações diferentes de alguém considerado normal e não sabemos o que é, por que acontece e o que fazer para ajudá-la.

Mas o que é realmente autismo? Essa pergunta não é tão fácil de responder, pois não consegui, até hoje, uma definição e uma delimitação consensual das terminologias sobre ele. A multiplicidade das terminologias fenomenológicas e, respectivamente, seus sinônimos demonstram a complexidade do problema e da diversidade dos princípios de esclarecimento existente até hoje (FACION, 2007, p. 17).

Em função disso, minha curiosidade e vontade de investigar mais a fundo, questões como: diagnóstico precoce (se é que isto é possível), possíveis causas do autismo e, com isso, buscar subsídios para uma prática pedagógica que possibilite a inclusão escolar de crianças com TEA.

Devemos levar em consideração que a inclusão escolar tem como pressuposto o direito fundamental de toda criança, que é ser inserida no contexto escolar e receber uma educação de qualidade, sendo compreendida como um processo, um movimento que busca uma transformação política, cultural, social e pedagógica, tanto nas intuições escolares quanto nos diversos seguimentos da sociedade.

O Estatuto da pessoa com deficiência em seu artigo segundo prevê:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 8).

A Educação Inclusiva é mais que um ato de pensar sobre ou realizar alguma ação a respeito, é uma postura, é uma filosofia adotada em todos os sentidos, de

forma holística. Para tanto, romper com práticas excludentes vivenciadas há séculos, para práticas inclusivas, sendo um processo que precisa ser amplamente discutido.

Assim considerando, concordamos que a Educação Inclusiva:

É um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (PACHECO et al, 2007, p. 27).

Pensar em inclusão é levar em consideração que temos um grupo de sujeitos denominados pessoas com necessidades educacionais especiais ou pessoas com deficiência, que historicamente não tinham o direito de estar na escola regular, com a aquisição desse direito, esses indivíduos passaram a ingressar no contexto escolar. Esse grupo é composto por pessoas com deficiência, aqueles com impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento, que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil), transtornos globais de desenvolvimento (caracterizam-se pelos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, assim como pelo estreitamento nos interesses e nas atividades) e com altas habilidades/superdotação (aqueles que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo).

Como a inclusão vem se ampliando em todos os ambientes, principalmente no escolar, uma preocupação da sociedade, especificamente para a família da criança com autismo, é que as instituições de ensino tenham em seu quadro, profissionais especializados para exercer essa função, a fim de promover e impulsionar o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais no contexto escolar, visando um ensino de qualidade e democrático que respeita e valoriza as particularidades de cada indivíduo.

Frente a isso, a Declaração de Salamanca institui:

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adaptada uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (BRASIL, 1994, p. 2).

Desta forma, conhecer as causas, suas especificidades e necessidades da pessoa autista não significa a priori obter conceitos e/ou tratamentos sob o prisma da Medicina, sobretudo, como os educadores e os demais profissionais da educação

podem aprender sobre tudo que cerca o universo da pessoa autista, para que possa oportunizar as condições, meios e formas de aprendizagem que possam ser significativas e que promovam o seu desenvolvimento, e, por conseguinte não fazer um trabalho de improviso, em outras palavras, desprovido de responsabilidade, comprometimento e saber sobre o tema TEA no contexto escolar.

Neste aspecto,

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...] (ORRÚ, 2003, p. 1).

Nesse sentido, Cacciari, Lima e Bernardi (2005, *apud* CAMARGO e BOSA, 2009) descrevem que no processo de inclusão a instituição e os professores precisam de tanta atenção quanto à criança. Não se pode apontar e/ou utilizar um único método que descreva como podemos proceder na interação, na comunicação, no comportamento e nos processos de aprendizagem que favoreçam as relações do aluno autista com os seus pares, com outro e o mundo, bem como desenvolver suas potencializadas.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Considerando as reflexões apresentadas, é relevante refletir como acontece o processo de inclusão das crianças nas escolas, especificamente neste trabalho fazer apontamentos de como ocorre à inclusão da criança autista na ótica dos professores, pais e escola, por em foco, o debate sobre como os pais, também de filhos sem a síndrome em foco, preocupam-se com o tema; de como os professores de uma escola se posicionam em relação ao assunto, pois, mesmo sem esperar, pode acontecer de terem, em algum momento um ou mais crianças com TEA.

Desse modo, é substancial investigar como ocorre a inclusão dessa criança no cotidiano escolar, especificamente neste trabalho refletir acerca do processo de inclusão das crianças autistas na educação infantil.

Segundo Gadia, Tuchman, e Rotta (2004 *apud* CAMARGO; BOSA, 2009, p. 68) “o autismo pode ocorrer em qualquer classe social, raça ou cultura, sendo que cerca de 65 a 90% dos casos estão associados à deficiência mental”.

Sendo o autismo assunto que é abordado com bastante controvérsia, justifica-se esta pesquisa, para colocar um pouco mais de luz nesta problemática, ao trazer o pensamento de teóricos, e as ideias de pais e das pessoas inseridas no ambiente escolar. Neste aspecto, Kristen, Brandt e Connie (2003) *apud* Camargo e Bosa (2009, p. 68) corroboram afirmando que:

O fato de existirem poucos estudos sobre inclusão de crianças autistas na rede comum de ensino parece refletir esta realidade, isto é, a de que existem poucas crianças incluídas, se comparadas àquelas com outras deficiências. A literatura tem demonstrado que isso se deve, em grande parte, à falta de preparo de escolas e professores para atender à demanda da inclusão.

Assim, é justificável fazer uma abordagem e pesquisa com dados coletados no ambiente escolar com vistas a clarear, investigar e refletir cada vez mais a problemática da inclusão das crianças com o TEA no campo escolar, mais precisamente na educação infantil.

## 1.2 DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Pensar no processo de escolarização da criança com autismo, é sem dúvida, um compromisso e um desafio para toda comunidade escolar, especificamente para os professores ao buscar planejar e estabelecer ações de intervenção pedagógica com vistas ao seu desenvolvimento em todos os seus aspectos. Nessa lógica, pode-se destacar:

[...] a necessidade de pensar a escolarização de crianças autistas a partir da sondagem das representações sociais do autismo entre as pessoas envolvidas no cotidiano escolar, uma vez que as concepções desses atores sociais permitem entender a natureza e qualidade de suas intervenções SANTOS e SANTOS (2011, p. 365).

Nesse sentido, buscando contribuir com a comunidade científica e com todos os profissionais, pais, crianças e sociedade em geral envolvidos na educação, é imprescindível o debate e estudos para elucidar o problema norteador desta pesquisa: como pais, professores e escola promovem a inclusão de estudantes autistas?

Sob essa perspectiva, para responder à questão norteadora, o objetivo geral deste trabalho consiste em compreender como pais, professores e escola promovem a inclusão de estudantes autistas na educação infantil.

Para alcançar o objetivo proposto, de modo mais específico pretendemos:

- a) Verificar junto aos familiares, professores e gestores, seu conhecimento sobre a legislação que trata da educação inclusiva.
- b) Descrever práticas educacionais na perspectiva inclusiva, de pais, professores e gestores educacionais.
- c) Discutir as relações estabelecidas entre as ações dos familiares, professores e gestores escolares que apontem para inclusão dos estudantes em questão.
- d) Propor uma carta aos pais, professores e profissionais bem como um panfleto com informações iniciais sobre aspectos relacionados a criança autista, a esse grupo.

Nessa perspectiva, esperamos responder à questão proposta desse trabalho, buscando refletir e contribuir nesta temática, para que realmente seja mais efetiva e significativa a inclusão de criança com autismo na educação infantil.

### 1.3 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Para melhor apresentação da pesquisa, o trabalho foi organizado em quatro capítulos, o primeiro de caráter introdutório, apresenta uma contextualização sobre a inclusão da criança com autismo, o problema e os objetivos da pesquisa, bem como uma justificativa para a mesma, consideramos a importância, relevância e urgência da temática em estudo.

O segundo capítulo apresentamos o referencial teórico, com apontamentos e considerações sobre a inserção da criança com autismo no contexto escolar, aspectos históricos, legislação, questões relativas ao conceito de TEA, modelos, gêneros afetados, fundamentados em Lev Semionovich Vigotski<sup>1</sup>, nos estudos de Marcos Mazzotta (2011); Maria Mantoan (2015); Marion Leboyer (1987); Carlo Schmidt (2013); Eugênio Cunha (2017); Vigotsky (2007) traz ainda aspectos legais e históricos sobre a inclusão da criança com autismo.

No terceiro capítulo abordaremos os elementos teórico-metodológicos adotados para realização da pesquisa, caracterizada como pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, descrevendo os sujeitos e ambiente da pesquisa, os materiais e os

---

<sup>1</sup> Como é usual na literatura brasileira, utilizarei a grafia Vigotski, à exceção das citações literais e das autorias das obras, nas quais será preservada a grafia da fonte bibliográfica.



procedimentos, o instrumento de produção de dados, como a opção para análise dos resultados.

O quarto capítulo aborda a análise dos resultados recolhidos durante o processo de pesquisa no campo, reflexões e propostas de intervenção educacional apresentação dos resultados obtidos após a investigação, tendo o suporte bibliográfico como a base para compreender a realidade observada. São esses dados que nos levarão a chegar às considerações finais, em que serão dadas opiniões, sugestões e outras pertinências que apresentamos ao final do estudo.

Finalizando, seguem posteriormente as considerações finais, referências, apêndices e anexos. Destacamos, ainda a presença de uma carta como produto final destinada aos pais com filhos autistas para inclusão do estudante autista, profissionais e professores.

Esperamos, por meio deste estudo, contribuir para colaborar com pais, professores e demais profissionais da educação no processo de inclusão da criança com autismo, na concepção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Neste sentido, as reflexões e conceitos relacionados à criança com TEA e sugestão de métodos que irão promover a interação e o desenvolvimento pleno da criança com autismo no contexto escolar e social que são as maiores contribuições que podemos apresentar aos leitores desta pesquisa.

## 2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

*Autismo: Todo aprendizado é um desafio, mas  
todo desafio é uma chance de aprender!*

**Gretchen Stipp**

Apresentamos neste capítulo um breve histórico da educação especial e inclusiva, legislação na perspectiva de uma educação inclusiva, conceito de autismo, etiologia autista, modelos, gêneros afetados, a inclusão da criança com autismo no contexto escolar, bem como, apontamentos, reflexões e propostas de intervenção educacional. Assim, recorreremos a várias fontes de informações e pesquisas sobre o autismo, buscando experientes e renomados estudiosos e especialistas no assunto, para apresentarmos o que pensam os teóricos acerca do autismo e da inclusão dos autistas no contexto escolar, para assim, construir o referencial teórico de sustentação para a reflexão e a compreensão acerca do objetivo de compreender como pais, professores e escola promovem a inclusão de estudantes autistas na educação infantil.

### 2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Para contextualizar a história da educação especial precisamos primeiro entender um pouco sobre o tratamento destinado às pessoas com deficiência, ou seja, se falamos hoje de inclusão, é por que durante muito tempo as pessoas que não enxergavam, não ouviam ou não se locomoviam eram excluídas socialmente.

Apesar de não termos indícios de como os primeiros grupos de humanos da terra se portavam diante das pessoas com deficiência, vem nos mostrar que nem sempre a relação com essas pessoas foi cordial e sociável. Se por um lado há evidências arqueológicas de que no Egito antigo as pessoas com deficiência ocupavam um lugar na sociedade, por outro lado na Antiguidade Clássica, na Grécia, em Atenas, na Roma Antiga, as pessoas nascidas de “forma” anormais sofreram práticas de abandono, negligência e de extermínio.

Mesmo na Idade Média com a concepção do homem como criatura divina, oriunda do cristianismo as pessoas com necessidades especiais eram isoladas em instituições especializadas ou asilos ou conventos onde eram colhidas como

pecadoras ou como consequência de pecados. Frente a esse contexto histórico e social nos indagamos: quando surge a educação especial?

Ao realizarmos uma excursão histórica podemos perceber que desde a antiguidade a educação para as pessoas com deficiência foi sendo construída com luta, lágrimas, torturas, exclusão, piedade e segregação. Podemos indicar que o processo de educação das pessoas com deficiência foi um processo lento em comparação ao desenvolvimento educacional dos demais indivíduos.

Segundo Mazzotta (2011), no século XIX já havia atendimento educacional aos portadores de deficiências, porém não existia uma integração das iniciativas, que ora eram particulares, ora oficiais. Factualmente, podemos dividir a educação especial no Brasil em dois momentos; o primeiro caracterizado por iniciativas governamentais isoladas ou particulares e compreendeu os anos de 1854 a 1956; e o segundo marcado por iniciativas de âmbito nacional que se desenvolveram a partir de 1957 e se mantiveram até os dias atuais. Tendo sido inspirado na Europa e na América do Norte.

Por essa questão não podemos considerar que a educação deixou de ser excludente para tornar-se integradora. Na atualidade apesar da presença das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, é possível vivenciarmos a exclusão de outrora. Outro fator que merece destaque no processo educacional das pessoas com deficiência é a influência da Medicina, o conceito de orginia e normatização tiveram grande interferência na prática pedagógica até recentemente, o objetivo da educação era tornar o sujeito anormal em normal, a exemplo dos surdos que tiveram sua educação dedicada ao ato de desenvolver a fala, oralidade em detrimento de outros conhecimentos comuns as pessoas ouvintes, assim as crianças que não conseguiam se normalizar, ou seja, que não conseguiam obter parâmetro escolar, eram segregados e os que conseguiam estavam aptos a estudar com crianças normais, quer dizer, integrar-se. Contudo todo o esforço para essa integração dependia exclusivamente da criança.

A educação especial apresentou uma ascensão na contemporaneidade com a luta pela igualdade social e responsabilizando o Estado, a escola e a família o dever de construir uma educação para todos, no Brasil o contexto da educação especial se tornou um espelho da Europa e de outras partes do mundo. No final do século XXVII e início do século XIX as ideias liberais que afloravam no país, na luta pela liberdade de todos os indivíduos, por uma liberdade econômica, política, religiosa e intelectual,

influencia a construção da democratização dos direitos dos cidadãos, mas essa democratização não passava da constituição, porque apesar de a constituição de 1824 garantir o direito de todos à educação para as pessoas com deficiência, a educação ainda estava no campo do assistencialismo, da acolhida nas santas casas de misericórdia, asilos e outras instituições.

Em 1854 foi fundado por D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos cegos, tendo sido renomeado definitivamente após 36 anos, em homenagem a um ilustre e atuante personagem da nossa história passando a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC) (JANNUZZI, 2012).

Três anos após a criação do IBC, D. Pedro II fundou ainda o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que futuramente seria renomeado passando a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) no ano de 1957, caracterizado com estabelecimento educacional, onde se oferecia educação literária e ensino profissionalizante (JANNUZZI, 2012).

Em 1872 havia 15.848 cegos e 110598 surdos, enquanto que apenas 35 cegos eram atendidos no IBC e 17 surdos no INES, esses institutos não atendiam consideravelmente a população desde o início. Durante o 1º congresso de Instituições Públicas, ocorrido no ano de 1883, onde o tema abrangia a sugestão do currículo e formação de professores para cegos e surdos (JANNUZZI, 2012).

Em 1900, aconteceu o Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia onde o Dr. Carlos Eiras apresentou sua monografia com o tema “Da educação e tratamento médico-pedagógico dos idiotas”. Surgiu em 1920, o livro “Infância Retardada”, do professor Norberto de Souza Pinto de Campinas-SP. Até o ano de 1950, havia 40 estabelecimentos de ensino mantidos pelo poder público, que disponibilizavam algum tipo de atendimento escolar especial a doentes mentais, alunos com outras deficiências eram atendidos por quatorze estabelecimentos de ensino (JANNUZZI, 2012).

Em 1971, foi aprovada a Lei “tratamento especial aos excepcionais”, sua implementação só foi possível após numerosas ações para sua implantação. Dois anos mais tarde foi criado o Centro Nacional de Educação Especial, com a finalidade de promover em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais, a qual foi transformada na Secretaria de Educação Especial (SESPE), em 1986. Em março de 1990, com a reestruturação do Ministério da Educação (MEC), torna-se extinta a SESPE. As atribuições relativas à educação especial passaram a

ser da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB), a qual teve incluído como órgão o Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE), em novembro de 1992 com a queda do então presidente Fernando Collor de Mello, após reorganização do ministério, a extinta SESPE reaparece como órgão específico do Ministério da Educação e Desporto (JANNUZZI, 2012).

É preciso compreender a educação especial na perspectiva inclusiva como um princípio que envolve mudanças de pensamento, de atitudes, de políticas, de estruturas, do modo de pensar e de fazer educação. Ainda estamos passando por um momento de desestrutura educacional, de compreender e reconstruir o papel das instituições especializadas na atual conjuntura, o papel da escola comum e principalmente de como lidar com as diferenças, não há receita pronta estabelecida, mas princípios éticos, superação do sentimento do medo, do como fazer, sentimento de acolhimento às diferenças. Nesse contexto, não cabem prejulgamentos, protelações ou desobrigações de responsabilidade.

## 2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: LEGISLAÇÃO

A Lei nº 4.020/61 foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no qual o atendimento educacional a pessoas com deficiência passa a ser fundamentado por meio desta, que se usa o termo “excepcionais”, a referida lei entende essa pessoa como algo excepcional, fora do comum. Se partirmos deste princípio deixamos de perceber as suas potencialidades, porque o indivíduo está sendo considerado diferente do outro, no sentido de não ser normal, o conceito de normalidade e de anormal era comum nesta época.

Dez anos após foi aprovada a Lei nº 5.692/71 que visa alterar a Lei nº 4.020/61 e define a ideia de que deve haver um tratamento especial, ou seja, para os alunos que tiverem matrículas com deficiência ou superdotados teriam que promover uma organização no sistema para atender essas necessidades especiais, no entanto ela acabava reforçando também o encaminhamento dos alunos para as classes especiais ou as escolas especiais.

Em 1973, o MEC funda o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerência da educação especial no Brasil e visa trabalhar a integração, impulsionando certas ações educacionais voltadas à assistência, por exemplo, as diversas Organizações Não Governamentais (ONGS) e instituições que

vão gerar assistencialismo com a preocupação de integrar, desta forma a inclusão não é efetivada de fato (JANNUZZI, 2012).

Em meados de 1975 as ações políticas internacionais intensificam as discussões de igualdade e direitos, principalmente frente aos índices de pessoas não alfabetizadas, pessoas especialmente do sexo feminino e adultos que não tinham acesso à escola e quiçá ao nível superior. Questões como essas fizeram com que autoridades internacionais apoiadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) promovessem encontros para discutir a universalização de uma educação com qualidade, ou seja, o reconhecimento do fracasso do combate mundial ao analfabetismo e a falta de acesso à educação, esses fatores criam a urgência para o estabelecimento de novas diretrizes no final do século XX, assim documentos foram pactuados em prol das pessoas com deficiência, tais como: a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a declaração mundial sobre a Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (1994), dentre outras declarações, todas elas influenciaram as Políticas Nacionais como a LDB (1996), inserindo nos documentos legais os princípios de igualdades de direitos, de mudanças estruturais, e principalmente mudanças atitudinais, desse modo se inicia no Brasil o debate sobre inclusão que não pode ser concebida como preceito administrativo, com datas, projetos e programas estabelecidos a partir dos quais as escolas por permitir o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais passam a ter o status de escolas inclusivas.

A Constituição Federal de 1988 é um marco importante por trazer os objetivos fundamentais e promover o bem de todos, sem nenhum tipo de preconceito. Em seu artigo 206, a constituição estabelece “igualdade de condições para acesso e permanência” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido a criança público alvo da educação especial precisa ser inserida preferencialmente na rede regular de ensino e quem vai reafirmar isso é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que a Lei nº 8.009/90 em seu artigo 55 reforça esse dispositivo e trazendo a obrigação da matrícula da criança em instituições regulares de ensino, garantindo assim o que está previsto em documentos como é o caso da Declaração Mundial da Educação para todos (1990) e também a Declaração de Salamanca (1994) que passam a influenciar definitivamente na formulação de políticas de ação de Educação Inclusiva, então muda totalmente o panorama da educação especial no nosso país em função de todo esse andamento histórico que

vai dar à educação uma visão de educação inclusiva e não mais uma educação integrativa.

A organização das unidades de ensino que prestam atendimento as crianças com necessidades especiais deve estar fundamentados em aparato legal, filosófico e político e ter garantia de ensino assegurada na Constituição Federal 1988, que prevê em seu artigo 208, que o “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, s/p).

O Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, publicado em 1999 que versa sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, o tema Educação Especial está representado em forma de regras como direito de igualdade de todo cidadão na Lei nº 9.394/96, que define em seu artigo 2º, os princípios e fins da educação nacional, que deve ser igualitária, garantindo condição de acesso e permanência, com respeito à liberdade, ao pluralismo de ideias, garantindo um padrão de qualidade especializado e gratuito a todos, sem restrição.

Defende ainda no artigo 58º inciso segundo que o atendimento educacional deve ser feito “[...] em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno, não for possível a sua interação nas classes comuns do ensino regular” (BRASIL, 1996, s/p).

O artigo 59º inciso terceiro da LDB garante aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Além de destacar a importância da inclusão na rede regular de ensino, caracterizam o papel da classe especial como medida “extraordinária” e “transitória”, os pressupostos elencados pela LDB (1996) foram normatizados recentemente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’s) para a Educação Especial na educação Básica – (CNE/CEB, 2001). Destina-se aos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem de maneira acentuada, até mesmo limitação no decurso de

desenvolvimento que possam dificultar o acompanhamento das atividades, relativas ou não a deficiências, orgânicas, limitações e disfunções (BRASIL, 2001).

Seguindo o processo de transformações, as Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo segundo, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, s/p).

Em 2008 foi elaborado o documento denominado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, tendo como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que busca orientar os sistemas de ensino para garantir:

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, s/p).

A Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é um marco histórico na luta em prol dos indivíduos com deficiência, objetiva assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social e sua cidadania, transformando assim a visão que se tinha do indivíduo com deficiência, originando uma nova perspectiva sobre a inclusão (BRASIL, 2015).

### 2.3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: O QUE É

Seguindo o pensamento de Gómez, buscamos primeiramente compreender o que é o TEA, para que assim, possa problematizar as questões relativas as crianças com TEA no contexto escolar, especificamente em âmbito do ensino da educação infantil. Sabemos que a escolarização é imprescindível ao processo de



desenvolvimento humano, nessa lógica Vasques e Baptista (2006, p. 9) apontam que o exercício de cidadania é.

[...] ir à escola para as crianças com psicose infantil e Autismo poderá ter um valor constitutivo, onde, a partir da inserção escolar seja possível uma retomada e reordenação da estruturação psíquica do sujeito.

Considerando a relevância que a inserção de toda criança no contexto escolar é imperativo, nesse aspecto estudar e refletir o que é TEA para compreender e encontrar caminhos para o processo de inclusão das crianças com autismo na educação infantil é substancial para um ensino inclusivo.

O significado do autismo remonta ao ano de 1943, quando o médico austríaco Leo Kanner o descreveu em seu artigo *Autistic disturbance of affective contact*, na revista *Nervous Child*. Há de se destacar que quem criou a palavra “autismo” foi Eugene Bleuler em 1911, definindo-a como “uma fuga da realidade”.

Para Leboyer (1987), o autismo é um distúrbio de desenvolvimento a tal ponto complexo, que nenhum modelo, nenhuma abordagem clínica, metodológica ou terapêutica poderia, por si mesmo, abranger a verdade.

Schmidt (2013) afirma que o interesse inicial pelo autismo provém da classe médica. Por isso, o que se conhece hoje como autismo, configurou-se a partir das publicações independentes de um psiquiatra, Leo Kanner (1943) e de um pediatra, Hans Asperger (1944). Kanner e Asperger eram de nacionalidade austríaca.

Embora exista um acúmulo considerável de conhecimento sobre o diagnóstico do autismo, ainda não foi encontrado um marcador biológico inquestionável para a síndrome, necessitando para tanto uma avaliação clínica. Do mesmo modo como outros transtornos complexos do desenvolvimento, o autismo é definido dimensionalmente por meio do comportamento expresso e relacionado a etiologias variadas em diferentes níveis (SCHMIDT, 2013, p. 16).

O não encontro de um marcador biológico e essa definição dimensional são problemas, não apenas para a criança autista em si, mas para suas famílias e até comunidades em que estão vivendo.

O transtorno autista se manifesta nos primeiros anos de vida, proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos.

Trata-se de uma síndrome tão complexa que pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Tem em seus sintomas incertezas que dificultam, muitas vezes, um diagnóstico precoce. Tem demandado estudos e indagações, permanecendo ainda desconhecido

de grande parte das pessoas. Não há padrão fixo para sua manifestação (CUNHA, 2017, p. 20).

A complexidade no diagnóstico e no acompanhamento acarretam diversos problemas para as crianças e para as famílias. Com isso, fica claro que não é fácil a convivência familiar, escolar e comunitária em geral para as crianças com autismo.

Ainda nas considerações de Cunha (2017, p. 31) “para uma criança autista, há uma relação diferente entre o cérebro e os sentidos, e as informações nem sempre se tornam em conhecimento”. Certamente por isso as crianças autistas costumam a se adaptar às demais pessoas, vivendo em um mundo tido como paralelo.

As ideias dos teóricos convergem e divergem ao mesmo tempo, pois “a maioria dos pacientes tem uma motricidade perturbada pela manifestação intermitente ou contínua de movimentos repetidos e complexos (estereotípias)” (LEBOYER, 1987, p. 22).

Neste raciocínio nas considerações de Leboyer (1987) que,

Geralmente, a criança bate palmas, ou faz movimentos oscilatórios. Os autistas, com frequência, andam nas pontas dos pés. Os movimentos envolvem o tronco e o corpo inteiro e se caracterizam por bruscas fugas para frente, por balanceios, por atitudes de hipertensão do pescoço, ou ainda pelo fato de bater a cabeça. Tudo isso lhes confere um aspecto completamente insólito. Essas anomalias motoras são, geralmente, por episódios de imutabilidade. Entretanto, esses estereótipos não estão sempre presentes nas crianças autistas. E mais, os comportamentos automutiladores como arrancar os cabelos, se bater ou se morder são frequentes (LEBOYER, 1987, p. 22-23).

Diante do exposto, percebemos que a criança com autismo merece toda atenção e respeito, buscando sempre intervir de maneira adequada, tendo sempre um olhar diferenciado respeitando sempre suas características individuais, o que quase sempre é bem complicado para quem precisa lidar com essas características.

Beyer (2002) destaca que uma teoria busca explicar fenômenos. Ressalta o autor que a teoria também busca prever a repetição de tais fenômenos a partir da incidência de fatores causais.

Por isso, conforme o citado autor,

A dificuldade da representação mental não se circunscreve a situações de assimilação de conhecimento informativo ou em situações de aprendizagem formal, mas, talvez, mostre-se mais frágil exatamente na área que é mais identificada com o autismo – das relações humanas (BEYER, 2002, p. 112).

Tais fatores causais provocam muitas incertezas e angústias nos familiares e em todos os envolvidos no processo de inclusão escolar. Deste modo, é primordial a busca por mecanismos que facilitem a assimilação de conhecimentos, a capacitação de todos os envolvidos para que facilitem o processo de inclusão escolar de todas as crianças autistas.

Por isso, conforme o citado autor,

A dificuldade da representação mental não se circunscreve a situações de assimilação de conhecimento informativo ou em situações de aprendizagem formal, mas, talvez, mostre-se mais frágil exatamente na área que é mais identificada com o autismo – das relações humanas (BEYER, 2002, p. 112).

Tais fatores provocam muitas preocupações aos familiares e aos professores nas escolas nessas crianças que precisam estudar. Infelizmente falta formação específica e continuada para os profissionais envolvidos, para que possam auxiliar as crianças com TEA no processo de inclusão.

Autores como Castro (2002), Jusevicius (2002) e Damião (2000) apresentam conclusões apontando que para melhor inclusão e prática de ensino aprendizagem é necessário investir na capacitação e formação específica de professores, na atualização de orientação na metodologia e prática no cotidiano escolar e oferecer constantemente apoio familiar e técnico.

Relacionado a esse pressuposto de Beyer, Cunha (2017) refere que,

O trabalho na escola estabelece impreterivelmente a ação. A ação não move os corações bem mais do que as teorias. Não se constroem os movimentos de aprendizagem somente com a qualidade das nossas ideias, mas, principalmente, com o valor das nossas ações (CUNHA, 2017, p. 52).

Trabalhar com autistas no contexto escolar requer preparo por parte dos profissionais da educação, porque conforme Cunha (2017), a relação afetiva do educando autista com o docente é o início do processo de construção da sua autonomia no espaço escolar. Tão importante quanto o conhecimento também é necessário o acolhimento da criança com TEA, bem como promover um ambiente educativo que respeite e valorize suas características e potencialidades.

O docente necessita ter a ciência de que “ainda que o autista encontre dificuldades para compreender os sentimentos e a subjetividade das pessoas, ele não está desprovido de emoções” (CUNHA, 2017, p. 53). É uma situação que exige muita reflexão por parte das pessoas que convivem com os autistas e que necessitam estar

atentas e preparadas para não os deixar mais instáveis emocionalmente do que elas já estão. O autor segue afirmando:

É importante utilizar as suas aptidões, os seus interesses, seus gostos, bem como planejar as atividades em conjunto. Com o tempo, poderemos perceber que a essência da construção curricular é oportuna em qualquer contexto da educação, pois se funda eminentemente no afeto e no amor (CUNHA, 2017, p. 54).

Nesse sentido, todos os profissionais e familiares devem buscar conhecimento, informações, recursos e tecnologias para buscar o pleno desenvolvimento da criança com TEA no contexto escolar, sem, no entanto, deixar de considerar a importância do afeto e o amor (CUNHA, 2017).

Por esse motivo, é importante conhecer o que diz Oliveira (2010):

Foi pensando nas dificuldades enfrentadas pelo professor comum e na perspectiva de lhe oferecer indicadores de avaliação que [atuamos na direção de] criar um referencial de avaliação na área da deficiência intelectual que pudesse oferecer suporte para o processo de avaliação da aprendizagem desse aluno, com base nos pressupostos da Teoria Histórico Cultural e nas dimensões do desenvolvimento propostas por Vygotsky, ou seja, avaliar o que ele é capaz de fazer sozinho, com autonomia, mas, também, considerar o processo de mediação que amplia suas capacidades quando lhe permite realizar as ações com ajuda, com suporte (OLIVEIRA, 2010, p. 4618).

Logicamente o autista é uma pessoa capaz de ter autonomia, sendo basililar considerar a importância da mediação que deve advir de um preparo especial e educadores, no processo de ensino do educando.

O que não pode ser esquecido é que,

A experiência didática inclusiva, que aproxima aqueles com deficiência intelectual da classe comum, poderá, ao longo dos anos, trazer para o professor cada vez mais competências para torná-lo autônomo e criativo na elaboração de novos e múltiplos instrumentos de avaliação (PLETSCH; DAMASCENO, s.d., p. 16).

Devemos considerar que essas competências podem ser fruto de muita observação e de bastante estudo sobre o assunto.

Vygotski (2007) afirma que é importante o entendimento dos processos mentais do indivíduo para delinear programas de tratamento educacional e desenvolver ao máximo as potencialidades cognitivas.

Assim, nas palavras de Cunha (2017, p. 55) “educar na diversidade para a diversidade é um desafio que os professores têm de suplantar no contexto plural de interesses. De afeto e de conhecimentos”. Nesta lógica, trabalhar na perspectiva da

inclusão é relevante que os professores, pais e demais funcionários no contexto escolar participem e recebam constantemente de informações sobre leis, decretos, metodologias inovadoras, novas tecnologias para dinamizar e ampliar o universo cultural, social, educacional da criança com autismo.

Ainda, Cunha (2017) esclarece que

Os estágios de aprendizagem de qualquer aluno não obedecem às regras fixas, principalmente na realidade do autismo, onde há indivíduos onde há indivíduos com prejuízos severos e, também, com bom funcionamento. Entretanto, são parâmetros que dão suporte ao professor, que deverá contar com sua sensibilidade para conduzir o processo (CUNHA, 2017, p. 63).

O professor precisa conhecer tais parâmetros para poder perceber quais autistas têm mais ou menos prejuízos cognitivos e quais se adaptam mais facilmente ao que se considera como comportamento adequado.

Conforme Cunha (2017), no ano de 2008, Serra verificou os efeitos da inclusão, nos comportamentos de uma criança com autismo, na escola regular.

Tornar-se-á extremamente difícil o aprendizado, quando a escola e a família não forem concordantes no trabalho, ocasionando uma postura diferenciada de uma das partes – mesmo que bem intencionada – quanto às práticas educativas. O ideal, em qualquer contexto educacional, é a liberdade mediada pela responsabilidade e os limites estabelecidos pela tolerância (CUNHA, 2017, p. 93).

Por isso, é de suma importância que família e escola dialoguem constantemente a respeito de como agir para garantir que os autistas possam ter respeitado sua liberdade e seus limites. Desse modo, objetivando compreender mais essa temática, traremos no próximo tópico, mais considerações sobre o autismo, buscando ampliar como os autores versam sobre o autismo.

Segundo explica Leboyer (1987), são chamadas autistas as crianças que têm inaptidão para estabelecer relações normais com o outro. A autora ainda menciona o fato de que essas crianças apresentam estereotípias gestuais, sendo isso uma necessidade imperiosa de manter imutável seu ambiente material.

Leboyer (1987) apresenta as seguintes sintomatologias:

- 1º – Uma incapacidade de desenvolver relações sociais;
- 2º – Um déficit no desenvolvimento da linguagem;
- 3º – Respostas anormais ao meio ambiente, em particular, estereotípias gestuais e uma resistência à mudança;
- 4º – O fato de que os sinais aparecem antes da idade de trinta meses (LEBOYER, 1987, p. 9).

Essas informações são de bastante valia para quem precisa se preocupar com a compreensão do que é o autismo. Percebe-se claramente o que Alves, Lisboa, Lisboa (s.d.) afirmam, quando deixam claro que são estranhos comportamentos de crianças que não falam, são incapazes de olhar as pessoas e isolam-se cada vez mais num mundo misterioso e impenetrável.

A síndrome do autismo pode ser encontrada em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu até agora provar nenhuma causa psicológica, ou no meio ambiente destas pessoas, que possa causar o transtorno (ALVES; LISBOA; LISBOA, s.d., p. 2).

Para a Associação de Amigos do Autista (AMA), o autismo é um transtorno de desenvolvimento e não pode ser definido como uma forma de retardo mental (ALVES; LISBOA; LISBOA, s.d., p. 4).

O autista se comporta frequentemente como se estivesse só, como se os outros não existissem (LEBOYER, 1987). Isso significa que a criança é indiferente aos outros e parece que ela sequer distingue os pais e de outras pessoas.

Para Cunha (2017), é normal a criança com autismo sentir-se desconfortável e intimidada em um ambiente novo, como o da escola. O mesmo autor enfatiza que é comum a criança com autismo buscar apoio nas coisas ou nos movimentos que a atraem. Destaca Cunha que é habitual a birra quando contrariada, o medo e a raiva ganham proporções de cunho traumático.

Realmente, são situações complicadas para serem entendidas, mesmo assim é possível chegar a compreender como respeitar os problemas e as limitações que os autistas enfrentam para poder auxiliá-los no que for preciso.

Vê-se, pois, que

O autismo não causa outras doenças, mas outras doenças podem favorecer seu desencadeamento. Os fatores externos que causam o autismo são as doenças infecciosas da gravidez, como a rubéola, a sífilis e a toxoplasmose; as doenças infecciosas do cérebro, como a meningite; as lesões traumáticas; o uso de drogas pelos pais; além de doenças genéticas que cursam com retardo mental (ALVES; LISBOA; LISBOA, s.d., p. 5).

Saber o que causa o autismo é importante para casais que pretendem ter filhos no futuro, pois podem fazer uma devida prevenção de doenças para evitar os fatores causadores do problema.

É importante ter presente que o padrão de comportamento do autista exige a presença da rigidez em uma série de situações do funcionamento diário, tanto quando

se trata de atividades novas de que o autista deve participar; como em brincadeiras e hábitos comuns de vida (CUNHA, 2017).

É necessário considerar, para um melhor aproveitamento escolar, quando possível, a percepção da existência de uma hipersensibilidade aos estímulos do ambiente exterior e uma dolorosa busca por sensações pelos autistas. Há momentos que os autistas não suportam barulho, outras, em que buscam por ruídos. Gostam de tocar em objetos insólitos; às vezes se prendem visualmente a um pequeno detalhe no ambiente, algo nem perceptível aos normais, sendo que o autista passa a desconsiderar tudo o restante ao seu redor (CUNHA, 2017).

Para os especialistas, entre “[...] os tipos mais comuns de indagações e confusões sobre o autismo estão as seguintes questões: é doença psiquiátrica? É psicose? É causa orgânica? Tem cura? Qual tipo de intervenção mais adequada? ” (BAPTISTA; BOSA, 2002, p. 22). Os autores ainda destacam o que Kanner (1943) já postulava que o autismo se origina de uma incapacidade inata de estabelecer e manter o contato afetivo normal e previsto biologicamente com outras pessoas.

Assim, chama a atenção para a necessidade de estudar acerca de critérios concretos sobre o que denomina de componentes constitucionais da reatividade emocional (BAPTISTA; BOSA, 2002).

O autismo infantil sendo uma preocupação muito intensa dos pais quando o fato é percebido e, por a escola ter noções básicas do que se trata, mas não ter, geralmente, em seu quadro de docentes, professores altamente capacitados para atuar em “classes normais”, porém com a presença de alguma criança com tais indicativos, é necessário que, tanto pais como professores consigam se preparar para dar à criança com autismo uma convivência tranquila na família bem como na escola. A seguir, apresentaremos no tópico abaixo, os modelos etiológicos do autismo para entendimento geral dessa temática.

## 2.4 ETIOLOGIA AUTISTA – MODELOS

Conforme explica Leboyer (1987) tanto os modelos etiológicos do autismo, como a história da clínica, refletem as grandes correntes psiquiátricas dos tempos contemporâneos.

Por esse motivo, a autora mencionada esquematiza esses modelos teóricos em psicodinâmico, orgânico e intermediário. Psicodinamicamente, a criança seria

biologicamente normal ao nascer, sendo os sintomas atribuíveis a condutas parentais inadequadas. Os estudiosos adeptos da organicidade partem do pressuposto contrário aos psicodinâmicos e indicam haver apenas uma anomalia biológica congênita. Há, porém os teóricos que tentam entender uma forma intermediária entre o modelo psicodinâmico e o orgânico, ou seja, a criança é biologicamente deficiente e vulnerável, sendo que os pais têm dificuldades em ajuda-la por causa dessa deficiência (LEBOYER, 1987).

Quando, em 1943, Kanner, segundo Leboyer (1987), verifica características comuns em seus 11 primeiros pacientes, ele percebe que os pais de filhos autistas possuem certos pontos em comum, quais sejam: a) classe socioeconômica elevada; b) inteligência superior à considerada normal; e c) são dotados de pensamento abstrato, introvertidos, obsessivos e pouco emotivos.

A partir de seus estudos, Leboyer (1987) indica três hipóteses acerca dos fatores psicogênicos causadores do autismo, quais sejam: a) os pais, em função de seu patologismo próprio, provocam o aparecimento da síndrome autista nos seus filhos; b) haveria dois grupos de autistas: aquele associado a uma patologia neurológica (GOLDFARB, 1961) chamado autismo orgânico; e o autismo resulta de um acidente orgânico inato e de stress psicogênico, segundo Kanner (1958).

Em função de todas essas hipóteses, Leboyer (1987) menciona o fato de ocorrerem profusas pesquisas reagrupáveis em quatro eixos: 1) stress precoce; 2) patologia psiquiátrica parental; 3) Q.I. e classe social dos pais; e 4) interação pais-filhos (LEBOYER, 1987). O estresse precoce poderia advir de algum tipo de acontecimento gerador de trauma, separação dos pais, doença somática ou nascimento de um irmão ou irmã, porém, conforme pesquisas mencionadas pela autora, não seria muito significativo em relação a outras possíveis causas.

Bettelheim (1967), citado por Leboyer (1987), pensa que o autismo se desenvolve em resposta a sentimentos muito negativos manifestados pelos pais, como seria o caso de mães sem saber acariciar, além de outras formas de falta de atenção (LEBOYER, 1987). O fato é que, mesmo com muitas pesquisas, até o momento em que a autora escreve, não houve a confirmação de qualquer das hipóteses referidas.



### 2.4.1 Gêneros afetados pelo autismo

Pelos indicativos, “o autismo surge em populações e em raças diferentes e em todas as regiões do mundo” (LEBOYER, 1987, p. 51). É notório que no século XXI, não se fala mais em raças, mas em etnias.

É muito provável que, para as crianças autistas de menos de 4 anos e de mais de 6 anos, o diagnóstico nem sempre é feito. O autismo provavelmente não é, então, tão rara quanto pudemos pensar e representar um problema social importante (LEBOYER, 1987, p. 51).

O não diagnóstico precoce da anomalia, se assim o autismo puder ser considerado, prejudica de forma bastante forte o futuro da aprendizagem de tais crianças. A autora ressalta ainda que:

O autismo infantil surge mais frequentemente nos meninos do que nas meninas, Kanner (1954) encontrava uma relação de 4 meninos para 1 menina. [...] O quadro, entretanto, é mais grave nas meninas que nos meninos. Na maioria dos estudos, quase todas as meninas têm um retardo mental (moderado, severo ou profundo) e frequentemente uma patologia orgânica associada (LEBOYER, 1987, p. 51-52).

Essa constatação pode ser confirmada no dia a dia, pois, realmente, percebemos mais meninos autistas do que meninas. Ao verificar as inserções de Leboyer, há de se considerar também o que afirmam Alves, Lisboa e Lisboa (s.d):

Os transtornos desintegrativos são observados antes dos 24 meses com predomínio no sexo masculino, padrões de sociabilidade e comunicação pobres, frequência de síndrome convulsiva associada e prognóstico pobre. Os transtornos abrangentes não especificados têm idade de início variável, predomínio no sexo masculino, comprometimento variável na área da sociabilidade, bom padrão comunicacional e pequeno comprometimento cognitivo. Inicialmente, deve-se ter em mente que as grandes dificuldades do autista são a simbolização e a relação com o mundo a sua volta, sendo necessário que o terapeuta aproxime-se dele, penetrando em seu campo consciencial, para poder trazê-lo para fora (ALVES; LISBOA; LISBOA, s.d., p. 8).

Fica claro, pois, que há mais meninos do que meninas autistas e que estas, geralmente sofrem mais fortemente com os distúrbios causados pela situação. Isso precisa ser entendido principalmente pelas escolas, que precisam trabalhar a inclusão dos autistas em suas classes e fazer com que essas crianças possam aprender dentro de suas limitações.

O fato de o autismo ser, conforme de Schmidt (2013), definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico, com apresentação de déficit nas

dimensões sócio/comunicativa e comportamental, exige que a escola tenha um cuidado especial para que tal transtorno não se acentue mais e que a criança autista possa aprender dentro dos seus limites e no seu tempo próprio. Nesta lógica, faz-se necessário que a crianças com TEA sejam inseridas desde a educação infantil, pois:

É a partir da creche que se deve conduzir o desenvolvimento intelectual e afetivo da criança autista, por meio de uma interação entre os ambientes que ela faz parte, fazendo-a conhecer a realidade existente na sociedade e proporcionando um saber da humanidade e das relações que a cercam. Percebe-se que colocar o autista numa instituição pode trazer muitos conflitos internos e até mesmo problemas emocionais para os pais. Muitos deles costumam ter a sensação de que está deixando seus filhos de lado, como se houvesse um sentimento de culpa, isso porque já existe em nosso mundo um sentimento ligado à rejeição do filho deficiente (BRITO, 2015, p. 85).

Nesse sentido, é imprescindível técnicas para lidar com problemas comportamentais, em um ambiente estruturado, configurando as nomeadas, intervenções psicoeducacionais (SCHMIDT, 2013). A escola, assim como a família, é afetada pela presença de crianças com autismo e isso exige um preparo especial de todos os que terão de lidar com esses indivíduos e suas peculiaridades.

## 2.5 A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA AUTISTA

O tema inclusão escolar tem ganhado destaque cada vez mais em estudos e pesquisas, bem como objeto de debate na sociedade e nos diversos seguimentos da esfera governamental para que as crianças com deficiência tenham garantidos os direitos. Notadamente é preciso entender que ao longo da história as pessoas com deficiência sempre ficaram às margens da sociedade, tendo muitas vezes seus direitos subtraídos.

Em vários dispositivos legais há indicativo para a garantia de igualdade de direitos para todos. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 6º estabelece que – “são direitos nacionais a educação, saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desempregados, na forma da constituição” (BRASIL, 1988, s/p). Há também na legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, em seu art. 3º, estabelece os princípios da educação, apresentando, em seu inciso primeiro: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, s/p).

Nesse sentido, perante a lei ninguém pode ficar excluído do contexto escolar, tendo os mesmos direitos e garantias no seu desenvolvimento e aprendizado. Destacamos ainda, na LDBEN 9394/96 no art. 58, o que se preconiza por “educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, s/p). Mais uma vez visualizamos outro item reforçando a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular, de modo, a garantir sua inserção no processo de ensino aprendizagem.

A esse respeito, Mantoan (2015, p. 39) destaca que,

Apenas esses dispositivos já bastariam para que não se negasse a qualquer pessoa, com ou sem deficiência, o acesso à mesma sala de aula que qualquer outro aluno. Mas um dos argumentos sobre a impossibilidade prática da inclusão total aponta os casos de alunos com deficiências severas, múltiplas, notadamente a deficiência mental e os casos de autismo.

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, estabelece, em seu artigo 1º, parágrafo 2º: A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (BRASIL, 2012). Já o artigo 2º da mesma Lei reza:

São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - (VETADO);

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado (BRASIL, 2012, p. 1).

É sumamente importante conhecer ao máximo os preceitos de uma Lei, vale conferir o que ela estabelece sobre os direitos da pessoa com autismo:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012, p. 1).

Devemos sempre ter presente aquilo que toda lei representa, ainda mais quando a questão envolve situações de pessoas com algum tipo de problema mais grave. Tendo em vista todos os preceitos em prol de maior respeito aos autistas, Alvarenga (2017) explica que:

A Lei 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana foi que determinou o status de deficiência ao autismo e instituiu as diretrizes de inclusão da pessoa autista. Ela determinou as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; infelizmente, ainda falta muito para que o que está disposto na lei seja implementado (ALVARENGA, 2017, p. 4).

O que o referido autor pretende dar a entender é que a lei precisa ser conhecida por mais pessoas, necessita ser mais bem entendida e seguida à risca com quem de direito e dever, ou seja, as entidades envolvidas com pessoas autistas, do mesmo modo também as famílias dos mesmos. Por isso Alvarenga segue esclarecendo sobre o fato de que:

A lei também dispõe sobre as políticas de inclusão do autista na rede de ensino regular. A recusa de matrícula destes, em razão de sua deficiência, pode causar grandes multas para o Sistema de Ensino. Sendo que, estes também têm direito a um acompanhamento especializado, havendo necessidade. Acontece, muitas vezes, que a Escola, por falta de verba ou por despreparo no assunto, coloca um estagiário despreparado, sem capacitação técnica nenhuma, para cumprir este papel (ALVARENGA, 2017, p. 9).

A observação do autor demonstra claramente que não é suficiente haver a lei, mas é preciso implementar na prática o que a mesma estabelece.

### 3 METODOLOGIA

*O Autismo é ver o mundo de um outro jeito, e cada um de nós temos que achar um jeito de entender as diferenças.*

**Leonardo Maranhão**

Para atingir os objetivos propostos deste estudo, seguem neste capítulo os procedimentos metodológicos. Destacamos inicialmente que esta investigação caracteriza como uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, pois segundo Gil (2008), é a descrição dos passos do estudo. Assim, delineamos a construção do referencial teórico apoiado em alguns autores que se destacaram na comunidade científica ao abordarem estudos sobre o TEA e Educação Inclusiva. A pesquisa descritiva é:

A descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008, p. 28).

Desta forma, essa abordagem é apropriada para a investigação conforme a problemática que trataremos de refletir e compreender nesta pesquisa. Para investigar como os professores, pais e gestores promovem a inclusão. Esta pesquisa é caracterizada como pesquisa de campo, pois segundo Gil (2008, p. 58) “o estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes”. Desse modo, para produzir dados na pesquisa de campo, e assim, identificar e analisar como professores, pais e gestor escolar pensam sobre a inclusão escolar, utilizaremos um questionário com perguntas abertas.

#### 3.1 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são três pais de quatro crianças autistas, um professor especializado na área de deficiência mental e intelectual, uma professora regente e um gestor escolar.

Os sujeitos da pesquisa após apresentação e assinatura do termo de consentimento livre esclarecido e autorização de pesquisa, ressaltamos que terão sua identidade preservada, desse modo, utilizaremos pseudônimos para preservar a identidade de cada um.

Nessa perspectiva, os pais/famílias das crianças autistas entrevistados (APÊNDICE A) denominados aqui por pseudônimo de Carlos, pai de Talita, que é autista leve, tem três anos, Arlete, mãe de Rodrigo e Felipe, que são autistas leves, ambos com cinco anos e Jandira mãe de Davi, autista leve, tem três anos. Não obtivemos retorno dos pais a seguir: José, Patrícia e Lourdes, todos são moradores do entorno do CMEI, são pais presentes e atuantes na instituição e no acompanhamento do processo educativo das crianças, destacando que um deles faz parte do Conselho Escolar.

Outra entrevistada é a professora regente, denominada aqui por pseudônimo Cláudia, efetiva no município de Vitória há 15 anos e do município de Serra há 20 anos, graduada em Pedagogia e com especialização em Direitos Humanos, sem formação em Educação Especial. Ressaltamos que é uma professora que sempre busca se atualizar, e utiliza estratégias para facilitar a inclusão da criança no ambiente escolar e por meio de suas vivências vem adquirindo resultados positivos no que se refere ao processo de inclusão.

Em relação à professora especialista, denominada aqui por pseudônimo Ana possui contrato temporário, atua há 24 meses no CMEI, sendo que há apenas 11 meses atua como professor especializado na área de deficiência mental e intelectual. Graduada em Pedagogia e especialização em Educação Especial na área de deficiência mental e intelectual.

A gestora escolar do CMEI “Amor”, denominada aqui por pseudônimo Rosa, é efetiva na rede municipal de Vitória há 10 anos, sendo que atua como gestora escolar da escola há sete anos. Graduada em Pedagogia e Gestão, Complementação pedagógica em Educação Especial e Especialização em Pedagogia nas Organizações.

### 3.2 AMBIENTE DA PESQUISA

O ambiente da pesquisa foi uma escola pública municipal de Vitória/ES, onde oferece ensino de educação infantil. Nesta pesquisa, para preservar a identidade da

instituição e dos sujeitos pesquisados utilizaremos o pseudônimo CMEI “Amor”, onde funciona em dois turnos, matutino e vespertino, o espaço escolar é dividido da seguinte maneira: oito salas de aula, sala de direção, sala de pedagogo/ professores, sala de Arte, brinquedoteca, refeitório, pátio com uma brinquedoteca, pátio e refeitório.

Atualmente no CMEI “Amor” estão inseridos 348 crianças matriculados sendo que deste total sete crianças são autistas, distribuídos pelas salas de sala da escola.

Em relação ao espaço físico da escola, as salas de aulas são amplas, arejadas, decoradas, com mobiliários adequado e acessível as crianças e professores, no entanto não há sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Todas as crianças que necessitam de atendimento especializado recebem o mesmo na própria sala de aula de ensino regular, como uma professora especialista.

### 3.3 MATERIAIS E MÉTODOS

Com a finalidade de atingir aos propósitos dessa investigação, optamos por fundamentar-nos nas considerações de Gil (2008, p. 8), que em relação ao método científico diz que, “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Desta forma, valemo-nos do roteiro de questionário para a produção de dados, os sujeitos serão: os pais (Apêndice A), os professores (Apêndice B) e a gestora (Apêndice C). Conforme já mencionado, manteremos a identidade preservada dos entrevistados.

Todos os resultados coletados na pesquisa de campo serão analisados e tabulados tendo como base a técnica de análise de conteúdo, pois segundo Bardin (1988, p. 9) a análise de conteúdo é:

[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados [...] Enquanto esforços de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois polos: o rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Nessa perspectiva, entendemos que essa técnica é apropriada para a discussão e análise dos dados nesta dissertação.

O quarto capítulo aborda a análise dos resultados coletados na pesquisa de campo, reflexões e propostas de intervenção educacional apresentação dos



resultados obtidos após a investigação, tendo o suporte bibliográfico como a base para compreender a realidade observada. São estes dados que nos levarão a chegar às considerações finais, em que serão dadas opiniões, sugestões e outras pertinências que apresentamos ao final do estudo.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Ensina-me de várias maneiras, pois assim sou  
capaz de aprender.

***Cíntia Leão Silva***

Considerando o foco deste estudo que é refletir sobre os desafios e ações que professores, pais e gestores promovem na busca da inclusão dos estudantes autistas na educação infantil, iniciaremos neste capítulo, uma análise da pesquisa de campo, na qual, fundamentamo-nos em questionário para abstrair nas narrativas dos sujeitos da pesquisa indícios de como podem desenvolver a inclusão da criança autista no cotidiano escolar.

Cabe salientar, que foram endereçados questionários diferentes de acordo com cada categoria, a saber: um professor regente, um especialista; três pais; um gestor. Essa opção didática foi estabelecida com o intuito de captar as informações, relatos com a visão e compreensão deles acerca da inclusão da criança autista na educação infantil, ou seja, quais ações eles compreendem serem necessárias e adequadas para o desenvolvimento do criança.

Desta forma, uma reflexão dos discursos de todos os entrevistados poderá delinear, neste capítulo, a essência deste estudo, que é identificar as ações e discutir as relações entre familiares, professores e gestor no que concerne à promoção dos estudantes autistas no âmbito escolar infantil.

A pesquisa foi realizada em uma escola de educação infantil localizada no município de Vitória-ES, com um total de sete crianças autistas, o questionário foi endereçado a todos os pais, no entanto, obtivemos o retorno de três familiares.

Inicialmente na abordagem aos pais para preencher o questionário observamos interesse em responder, porém, houve muita demora na devolutiva do questionário, e, somente com muita insistência e justificativa sobre a importância da pesquisa, recebemos o quantitativo de três questionários respondidos, representando quatro crianças. Os demais entrevistados: professores regentes, professor especialista – educação especial e gestora, responderam o questionário em sua totalidade.

A seguir, apresentam-se os dados produzidos e discutidos à luz dos referenciais adotados para a pesquisa.

#### 4.1 PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste tópico, apontaremos uma discussão sobre as narrativas sobre quais os conhecimentos sobre legislação de que trata a inclusão escolar a partir da ótica dos entrevistados: pais, professores e gestora tendo como premissa para análise todo o arcabouço teórico construído no capítulo 2. Essa análise busca concretizar/refletir sobre o primeiro o objetivo específico desta pesquisa, *verificar junto aos familiares, professores e gestores, seu conhecimento sobre a legislação que trata da educação inclusiva*, no entanto, buscando também enriquecer e apurar mais informações sobre o foco da pesquisa, o questionário foi elaborado com perguntas abertas na tentativa de obter o máximo de conhecimento de todos em relação à temática dessa investigação.

Em um primeiro momento faremos uma análise sobre algumas perguntas específicas sobre a inclusão e TEA direcionada aos pais das crianças autistas, posteriormente seguem reflexões sobre as considerações das professoras e gestora escolar.

Em relação à pergunta: qual foi a sua reação ao descobrir que seu filho é autista? Obtivemos as seguintes respostas dos pais:

*Nunca imaginei que um dia seria mãe de uma criança especial. Fiquei ansiosa e reflexiva ao mesmo tempo empenhada para descobrir e buscar ajuda profissional, ler e me informar sobre tudo o que pudesse ser compatível com o comportamento da minha filha. Imaginei que pudesse ser somente um quadro de hiperatividade. Sempre foi um bebê agitado e chorava muito. Não fazia contato visual enquanto mamava. Trabalhei e estudei muito durante a gestação e achava que isso pudesse ser uma das causas. Sempre foi uma criança muito inteligente, aprendeu cedo a contar números, as cores, formas geométricas, mas não atendia aos meus chamados e também não desenvolvia a fala.*

**Carlos** – pai da estudante autista Talita<sup>2</sup>

*Reação de choro, muitos medos, muitas perguntas, o que fazer agora? Meu filho vai falar?*

**Arlete** – mãe dos estudantes autistas Rodrigo e Felipe

---

<sup>2</sup> Sempre que o texto aparecer com recuo 4cm, fonte 10, itálico, espaçamento 1,5 e justificado a direita, trata-se da fala de um dos sujeitos da pesquisa.

*Tranquila, pois eu diagnostiquei ele antes dos médicos. Sou advogada, faço trabalho voluntario em hospital e tenho diagnóstico de autismo leve.*

**Jandira** – mãe do estudante autista Davi

Observamos acima que as narrativas apresentadas são diferenciadas entre os pais, uma família demonstrou sentimento de culpa devido à sobrecarga de trabalho e estudo na gravidez, ao mesmo tempo, em meio à ansiedade buscou estudar para compreender melhor o universo, e profissionais para auxiliar em lidar com sua filha; a segunda família fala sobre reação com mais tranquilidade, em virtude de conhecer e apresentar o mesmo diagnóstico e a terceira família descreve esse momento inicial do diagnóstico de autismo, como sentimentos misturados de medo, ansiedade, muitas dúvidas e incertezas. Esses relatos nos remetem as palavras de Leboyer (1987), que o autismo é um distúrbio de desenvolvimento a tal ponto complexo, que nenhum modelo, nenhuma abordagem clínica, metodológica ou terapêutica poderia, por si mesmo, abranger a verdade.

Falar de inclusão significa antes de tudo que a própria família compreenda e aceite o diagnóstico de seu filho(a), para que assim, possa buscar orientações, profissionais e instituições que promovam ações, tratamentos e metodologias que auxiliem no desenvolvimento da criança. Pois, “promover a inclusão significa uma mudança de postura e de olhar sobre a deficiência, o que significa quebra de paradigmas [...]” (BELIZÁRIO FILHO; LOWENTHAL, 2013).

Na segunda pergunta: Como você vê o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), podemos citar as seguintes justificativas:

*Vejo como um grande desafio. Todos os dias espero uma evolução no comportamento dela e comemoro cada novidade por mais minucioso que seja. Com o tempo o Autismo passou a ser normal pra mim. Aquilo que você vê todos os dias vira normal. Falar de autismo todos os dias é normal*

**Carlos** – pai da estudante autista Talita

*Em relação aos meus filhos vejo que eles são capazes em fazer tudo mesmo estando dentro do TEA. Vendo que os mesmos tenham grau leve. Agora de modo geral 05 anos depois do diagnóstico dos meus filhos, vejo uma sociedade totalmente despreparada.*

**Arlete** – mãe dos estudantes autistas Rodrigo e Felipe

*Como dificuldade que podem ser superadas, porém cada um tem uma necessidade. Às vezes maior que outro autista.*

**Jandira** – mãe de estudante autista Davi

No primeiro relato, a família destaca que as crianças com TEA é um desafio, gera um anseio e expectativa no seu desenvolvimento. Ressalta que à medida que o tempo vai passando, a família vai se adaptando e aceitando o comportamento e desenvolvimento do seu filho.

Destacamos nos relatos que as famílias reconhecem que TEA é uma dificuldade a ser superada, o desenvolvimento e limitações dos filhos com TEA, verifica-se ainda, um diagnóstico e insatisfação por parte da sociedade, ao afirmar que a sociedade está totalmente despreparada”, contudo, não faz apontamentos sobre quais são os seguimentos e setores que precisam ser aperfeiçoados para atender as crianças com TEA.

É evidente a complexidade no diagnóstico e no acompanhamento, visto que, acarretam diversos problemas e desafios para as crianças e para as famílias. Com isso, fica claro que não é fácil a convivência familiar, escolar e comunitária em geral para a criança com autismo. Por conseguinte, requer cada vez mais de todos os envolvidos no ambiente, familiar, escolar e social, cada vez mais conhecimentos, estudos, alternativa, mecanismos que efetivam a inclusão em todos os setores da vida humana.

Ao perguntarmos sobre como você gostaria que as pessoas vissem o TEA, encontramos os seguintes relatos:

*Gostaria que as pessoas vissem com respeito e tivessem empatia. Gostaria que se interessassem em saber sobre o espectro e assim compreendessem e convivessem melhor.*

**Carlos** – pai da estudante autista Talita

*Gostaria que as pessoas respeitassem mais, e procurar se informar mais sobre o assunto.*

**Arlete** – mãe dos estudantes autistas Rodrigo e Felipe

*Com respeito, pois leve ou severo cada um sabe o seu limite e sua dificuldade. Temos obrigações e também possuímos direitos com cidadão.*

**Jandira** – mãe do estudante autista Davi

Nos relatos dos pais é unanimidade a afirmação de que gostariam de ver mais respeito às crianças com TEA, por conseguinte procurar mais informações sobre o TEA, para que todos possam compreender e aprender a conviver com as pessoas com TEA sem discriminação e/ou preconceito.

Neste aspecto, cabe ressaltar que a própria legislação brasileira tem avançado nos últimos anos com o objeto de garantir igualdade de direitos a todos. No entanto, embora reconheçamos o avanço na legislação, na prática ainda não temos caminhado na mesma velocidade, pois muitas são as dificuldades e barreiras para acesso, atendimento e recursos adequados no aspecto escolar, médico, terapêutico e social para as crianças e familiares.

Em continuidade a reflexão dessa investigação, segue uma análise sobre as considerações das professoras (Ana e Cláudia) e a gestora escolar (Rosa), assim, abordando sobre qual o conhecimento sobre as leis e teóricos que tratam do tema Educação Inclusiva/TEA? Obtivemos as seguintes justificativas:

*Eu sempre estou atenta e tenho formações ofertadas pela Secretaria de Educação, pois sempre precisamos estar atualizadas para que os direitos das crianças com TEA sejam garantidos nas unidades de ensino e também aos teóricos que abordam os assuntos.*

**Ana** - professora especialista

*O que tenho de conhecimento são regulamentações que garantem atendimento a criança com necessidade educacionais especial e a inclusão que vem sendo ampliado desde a declaração de Salamanca com adequações e a evolução da antiga integração para a inclusão propriamente dita. Minhas práticas se baseiam nesses documentos oficiais e nas teorias interacionistas de Vigotsky e Wallon que amparam a necessidade de um trabalho interativo, como o protagonismo da criança integrando as diversas potencialidades desde físicas, psicomotoras até as afetivas, sociais e cognitivas em geral.*

**Cláudia** - professora regente

*Em relação a Educação inclusiva a nossa escola segue todas as normas, leis e decretos expedidos pelo Governo Federal, bem como, todas as determinações da Secretaria Municipal de Educação. Buscamos fazer uma gestão democrática onde todos podem pensar e interagir para construir uma escola que seja significativa e inclusa para todos.*

**Rosa** - diretora escolar

Nestas respostas, as afirmações são amplas, sem destacar especificamente nenhum documento, número e/ou decreto de lei, bem como, não cita nenhum nome de um estudioso específico sobre a temática da educação inclusiva e também sobre o tema TEA. No entanto, as professoras demonstram conhecimentos significativos sobre a temática da inclusão escolar, quando fazem a diferenciação entre “integração e inclusão escolar propriamente dita”, citam ainda, o legado da Declaração de Salamanca (1994); cujo documento é um marco mundial na luta pelos direitos da pessoa com alguma deficiência.

Os relatos abordam uma questão muito importante que é a formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação (SEME), na qual permitem fazer estudos, atualizações e reflexões sobre a legislação, metodologias, ações e diretrizes pedagógicas do município para nortear a educação inclusiva.

Nesse caso, reiteramos a importância do processo de formação continuada, conforme destacam Castro (2002), Jusevicius (2002) e Damião (2000), os autores apresentam conclusões apontando que para melhor inclusão e prática de ensino aprendizagem, é inescusável investir na capacitação e formação específica de professores, na atualização de orientação na metodologia e prática no cotidiano escolar e oferecer constantemente apoio familiar e técnico. Observamos ainda, pelas justificativas a proposta da criança como protagonista do processo de ensino-aprendizagem, numa perspectiva de interação para o seu desenvolvimento.

A gestora também aborda as normatizações em relação à educação inclusiva, destacando ainda, que faz uma gestão democrática. Reitera a importância de todos estarem participando no processo de inclusão escolar, depreendemos desse modo, que na construção de uma escolar democrática e inclusiva todos os atores sociais: pais, professores, comunidade e equipe técnico-administrativa-pedagógica devem unir esforços e ações em conjunto para que de fato possa ocorrer a inclusão plena, pois “[...] inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional” (MANTOAN, 2015, p. 24).

No questionamento em relação à qual é a concepção de inclusão escolar/autismo? Obtivemos as seguintes respostas:

*Na minha concepção autismo é uma forma diferenciada de se pensar e aprender onde cada indivíduo apresenta sua especificidade.*

**Ana** - professora especialista

*Na minha concepção não há pessoas iguais, cada uma apresenta formas de socialização e aprendizagem diferente e o autismo é uma característica cognitiva em algumas pessoas que podem comprometer sua oralidade, aprendizagem, relacionamentos e outros aspectos da convivência.*

**Cláudia** - professora regente

Quanto às afirmações descritas acima, podemos refletir que as entrevistadas apontam que cada criança tem suas características, especificidades e potencialidades, do mesmo modo, a criança com TEA também tem suas particularidades na forma de aprender e conviver. Ainda, Cunha (2017) esclarece que

Os estágios de aprendizagem de qualquer aluno não obedecem às regras fixas, principalmente na realidade do autismo, onde há indivíduos com prejuízos severos e, também, com bom funcionamento. Entretanto, são parâmetros que dão suporte ao professor, que deverá contar com sua sensibilidade para conduzir o processo (CUNHA, 2017, p. 63).

Nessa linha de raciocínio, o professor precisa estar atento ao perfil de sua criança, seus interesses, potencialidades, seus gostos, etc, para que assim, tenham elementos para pensar e planejar atividades viáveis e adequadas à sua criança.

#### 4.2 DISCUTINDO AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste tópico, faremos uma análise sobre os discursos dos entrevistados buscando compreender as práticas educacionais na perspectiva inclusiva, de pais, professores e gestores educacionais, o entrecruzamento das vozes do sujeito da pesquisa.

A primeira pergunta sobre de que forma foi feita a inclusão no ambiente escolar, encontramos as seguintes justificativas dos pais, professores e gestora:

*Ela iniciou a escola com intuito de socialização. Ainda não havia o diagnóstico. As cuidadoras me ajudaram a observar e perceber o comportamento da minha filha. Graças a Deus minha filha foi muito bem recebida pela equipe do CMEI. Sinto que ela é muito amada e aceita por todos da equipe.*

**Carlos** - pai da estudante autista Talita



*Bem tranquilo, tendo em vista que a educação infantil (creche) é mais fácil para o diálogo. As próprias crianças não percebem as dificuldades dos amiguinhos, agora quando a criança vai para a EMEF as coisas são completamente diferentes.*

**Arlete** - mãe dos estudantes autistas Rodrigo e Felipe

*Inicialmente com muita dificuldade, a rede particular extremamente preconceituosa e despreparada. E na rede pública não são todas que tem treinamento e cursos necessários para inclusão correta.*

**Jandira** - mãe do estudante autista Davi

*A inclusão da criança se dá de forma natural igual todas as outras, pois não reforçamos sua deficiência e sim elaboramos estratégias para que ela não se sinta diferente das outras, mas sim incluída em todo contexto proposto para sua turma regular, deixando claro que respeitamos as suas necessidades características da criança com TEA.*

**Ana** - professora especialista

*A inclusão ocorre em todos os momentos, pois existe a necessidade de conversar com as demais crianças sobre as concessões feitas em específico e os motivos. Também incentivamos atentamente que todas incluam nos diversos momentos de atividades coletivas e individuais mesmo que necessitando de mais tempo, parar para reorganizar, ou fazer adequações como acamar o colega antes de reiniciar a atividade. Nas apresentações culturais e saídas insistimos com as famílias para que a criança participe e amplie seu conhecimento de mundo e interação com ele. Para a criança com Asperger potencializamos jogos mais avançados para que junto com outros colegas pudesse participar dos momentos de brincadeiras sem se desmotivar. Já a outra aluna não verbal e com TEA mais comprometida trabalhamos com músicas, pois percebemos sua apreciação por essa linguagem e assim ela começou a usar gestos e demonstrar entender comandos de coreografias. Também tivemos a oportunidade de receber os profissionais do ABA que atendem essa aluna e com conjunto ampliamos alguns estímulos que ampliaram sua oralidade no decorrer do ano.*

**Cláudia** – professora regente

*A inclusão de forma geral é feita da seguinte maneira: No ato da matrícula a família informa se a criança possui ou não alguma necessidade educativa especial, trazendo um laudo médico e neurológico que comprove tal*

*informação. Já ao CTA informamos a necessidade da criança e que deve ter um olhar sensível sobre ela, para junto a toda equipe pedagógica, que atuará diretamente com a criança (como professor regente, professor especialista, dinamizadores, estagiária, AEI, se for o caso); propor estratégias para atuar com esta criança a fim de atendê-la qualitativamente. Fazemos reuniões constantes com a família para dialogar sobre todas as intervenções que serão e deverão ser feitas em todo o ano de atendimento da criança, para afinarmos o trabalho tornando-o significativo para a criança atendida. Os profissionais que atuam com a criança, elaboram um Plano de Trabalho da Educação Especial semestralmente, propondo objetivos e estratégias a serem alcançados durante este período estabelecido. A família toma ciência dele semestralmente também.*

**Rosa** – gestora escolar

Nos argumentos apresentados acima, evidenciamos que em relação à inserção da criança com TEA na educação infantil ocorreu de forma diferenciada. As duas primeiras famílias apresentam uma visão a partir de como as demais crianças reagem em relação às crianças com TEA, consideram que, por terem pouca idade não conseguem externar/perceber as diferenças de comportamento, atitude e socialização entre elas, por isso, uma destaca a interação e socialização de forma tranquila, não havendo, portanto, uma diferenciação e ações de forma preconceituosa e/ou desrespeitosa. Ainda, destacam que em relação aos demais componentes e aspectos do ambiente escolar, a inclusão ocorreu de forma acolhedora, dialógica, respeitosa e amorosa.

Em relação às narrativas das professoras, percebemos que ocorreu de forma natural e em todos os momentos na escola. Destacam a necessidade de incluir a criança nos momentos individuais e sociais da escola, adequando às atividades, recursos e metodologias para que ela se sinta capaz de aprender, fazer e interagir com todos e também com as atividades.

No que tange à gestora da escola, faz em sua fala uma descrição desde o ato da matrícula, passando por diversos profissionais, planejamento individual e coletivo para a criança, bem como, orientação às famílias. Denota uma preocupação em todo trabalho, está alinhado entre os diversos profissionais e as famílias, perspectivando efetivar a inclusão e desenvolvimento da criança. Verificamos também, que essas justificativas expressam alguns elementos da complexidade e necessidade da inclusão escolar da criança com TEA.

Assim, é evidente que a presença na criança com TEA no contexto escolar é imprescindível para o seu desenvolvimento e aprimoramento de suas habilidades e superação de suas limitações, conforme estudos de Camargo e Bosa (2009, p. 72) onde apontam que “a qualidade dessas primeiras experiências provavelmente influirá na adaptação social nos anos escolares subsequentes”.

Em outro questionamento sobre qual o melhor modelo de inclusão escolar, as respostas obtidas foram:

*O melhor modelo de inclusão é aquele que não faz acepção, que abraça a causa com amor, perseverança, paciência, empatia e sensibilidade.*

**Carlos** – pai da estudante autista Talita

*Ainda estamos pensando.*

**Arlete** – mãe dos estudantes autistas Rodrigo e Felipe

*Deveria ser feito um diário (relatório) de cada criança, com sua dificuldade, sua alimentação, medicações e comportamento familiar. Pois os pais de autistas tem uma rotina muito rigorosa com terapias e médicos, o que traz um desgaste e insegurança maior para a criança. E divulgação do autismo, como transtorno que deve ser respeitado por todos. Pois hoje estão banalizando o autismo e taxando como birras ... isso é muito triste. Meu filho saiu do grau médio para o leve, para LEVE PARA QUEM? Quando o seu comportamento ou suas estereopatias são vistas por outros ele corre o risco de exclusão, mas se ele tem uma evolução e taxado como frescura. É muito triste isso, pois temos laudos e registros do que passamos e ainda vivemos.*

*Se temos o ônus de muitas coisas e cumprimos como nossa responsabilidade temos que exigir nossos direitos sim.*

**Jandira** – mãe do estudante autista Davi

*Hoje nosso trabalho é embasado nas leis, garantindo os direitos das crianças. Possuímos um plano de trabalho semestral, onde devemos garantir o aprendizado com flexibilização do currículo, respeitando o tempo de cada criança. No caso da criança pesquisada o trabalho foi muito bem desenvolvido, pois ele dialogava com a professora de educação especial quando ela poderia avançar conforme o grau de dificuldade apresentado e quando não compreendia, solicitava nova explicação, o que facilitava o desenvolvimento das atividades.*

**Ana** – professora especialista

*Não tivemos dificuldades. O que se percebe é uma insegurança das famílias sobre o que será trabalhado com a criança e como essa será tratada por todo coletivo da escola. Assim que o planejamento foi apresentado percebemos mais segurança das famílias e um bom diálogo sobre os acompanhamentos externos, as dúvidas, incertezas e conduzimos juntos o ano letivo com tranquilidade.*

**Cláudia** – professora regente

*Realmente o número de crianças público alvo da EE só vem aumentando e nós enquanto escola temos que nos preparar para recebê-los de forma a garantir um atendimento de qualidade. Temos nas Unidades de Ensino professores especialistas em educação especial que trabalham em parceria com o professor regente a fim de planejar ações que incluam verdadeiramente estas crianças. A pedagoga supervisiona este trabalho e as famílias também tem que estar juntas para dialogar constantemente com a escola, falando a mesma linguagem e planejando estratégias para atender estas crianças. É importante que a criança da EE esteja incluída na rotina da turma, bem como em todas as propostas pedagógicas da mesma, a fim de proporcionar um desenvolvimento adequado para atender todas as suas necessidades. Constantemente deve ser feito reuniões e registros de todo o desenvolvimento da criança público alvo da EE.*

**Rosa** – gestora escolar

Nos relatos observamos uma preocupação e insegurança dos pais de como os filhos são vistos e recebidos no contexto social. Fazem referência ao modelo que consideram apropriado, aquele que acolhe sem um olhar preconceituoso, mas que considera o indivíduo como alguém capaz, que pode se desenvolver e interagir. Ainda, descrevem o estresse, as pressões e dificuldades cotidianas de uma rotina intensa dedicada a ir a diversas consultas/especialistas e atividades para fazer, além da dedicação maior devido a limitações do filho.

Neste sentido, essa situação vai ao encontro ao que Smeha e Cezar (2011) afirmam,

[...] é justamente por perceber a fragilidade do filho diante do social que as mães também se sentem fragilizadas. Discriminar, ter preconceito ou até mesmo olhar de forma diferente para a criança mobiliza na mulher a vontade de proteger cada vez mais esse filho que, para ela, é uma criança indefesa. Assim, é devido a essa maior necessidade de proteção que as mães dedicam-se integralmente à maternidade (SMEHA; CEZAR, 2011, p. 43).

Essa sobrecarga física, psicológica e emocional, reitera em suas justificativas a dor ao visualizar e sentir o preconceito, o menosprezo e os seus direitos não garantidos em relação ao TEA.

As professoras e a gestora escolar abordam que o processo de inclusão ocorre fundamentada na legislação, num planejamento elaborado pautado nas características e peculiaridades de cada criança, bem como, um trabalho integrado entre todos os profissionais e familiares. Nessa linha de pensamento:

Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola regular, em uma sala regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele, com toda sua singularidade (CHIOTE, 2013, p. 21).

Incluir é muito além de matricular a criança na escola, é compreender e analisar todos os processos, etapas e pessoas no contexto escolar, é reavaliar conjuntamente todas as estratégias e ações para encontrar o melhor caminho para o desenvolvimento da criança.

Ao abordar como foram feitas as flexibilizações curriculares como alternativa pedagógica no trabalho com crianças com TEA e sua inclusão no ambiente escolar? Nesse quesito, as entrevistadas (professoras e gestora) deram as seguintes respostas:

*Neste caso usamos sim, para ampliar o conhecimento proposto para a criança, facilitando assim a compreensão.*

**Ana** – professora especialista

*Sim. Muitas atividades, materiais e rotinas foram alteradas para atender as crianças de acordo com as características.*

**Cláudia** – professora regente

*As estratégias utilizadas no atendimento das crianças público alvos a EE são:*

*- Reunião constante com toda equipe pedagógica;*

*- Reunião constante com a família da criança*

*- Incluir a criança na rotina da sala;*

*- Pesquisar junto à criança itens ou objetos que são referência para ela (atrativos);*

*- Planejar as ações de acordo com os itens de interesse;*

- *Adaptar as atividades de acordo com a necessidade da criança, caso necessário;*
- *Elaborar um Plano de Trabalho para a criança para que os objetivos propostos sejam alcançados;*
- *Possibilitar mais formações para os profissionais da educação;*
- *Estudar mais sobre as diversas especialidades das crianças público alvo da EE que estão chegando nas Unidades de Ensino;*
- *Manter a parceria com a Seme central para buscar mais opções de apoio à escola, profissionais, criança e família;*
- *Dentre outras ações, tudo para propor um atendimento de qualidade a criança especial.*

**Rosa** – gestora escolar

Podemos verificar que as respostas das entrevistadas foram genéricas, afirmam que foram feitas flexibilizações curriculares nos trabalhos e intervenções com as crianças com TEA, descrevem mudanças nas atividades, rotinas e materiais para melhorar o aprendizado e a compreensão das crianças. Lembramos que:

A escola, e em especial, o professor pode assumir um papel importante na vida das crianças autistas se informados corretamente. O currículo das escolas deve ser adaptado às necessidades das crianças e não o contrário. E para isso, é preciso proporcionar oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes (BRITO, 2015, p. 87).

Cabe ressaltar, que diversos estudos apontam o quão significativo é promover uma educação baseada na realidade e potencialidade das crianças, o mesmo princípio deve ser estabelecido às crianças com TEA, para que baseado em um diagnóstico inicial apurando quais são suas dificuldades, limitações e potencialidades, tenha um perfil de sua criança para traçar as estratégias e metodologias mais adequadas para promover seu desenvolvimento.

No aspecto relacionado ao processo educativo de ensino aprendizagem:

Um dos princípios que deve reger a decisão de incluir uma criança com autismo é a disposição para promover todas as adaptações curriculares de pequeno e de grande porte. Isso inclui a adaptação dos objetivos educacionais, dos recursos, das estratégias didáticas, da temporalidade e da avaliação da aprendizagem. É preciso garantir o acesso e a permanência dos alunos para repudiar a “inclusão de estatística”, representada por gráficos com vultosos dados numéricos de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados, mas sem uma avaliação qualitativa dos efeitos da inclusão sobre essas crianças (SERRA, 2008, p. 114).

Nesse sentido, é responsabilidade de todos, quais sejam: as esferas de governo, instituições escolares, famílias e sociedade implementarem ações e estratégias diversificadas para que de fato a inclusão escolar se concretize, para além de metas meramente estatísticas de crianças matriculadas, como bem elucidou Serra (2008).

Em relação a organização às atividades desenvolvidas com a criança com TEA durante o período letivo, apuramos os seguintes apontamentos:

*As atividades elaboradas para a criança com deficiência durante o ano letivo, se dá a partir do plano de aula elaborado pela professora regente da turma a qual a criança está inserida, pois esta precisa sentir-se pertencente igual a todas as outras crianças, é neste sentido que a professora especialista que a acompanha flexibiliza os conteúdos programados para cada atividade facilitando assim a compreensão ampliando seu raciocínio e a compreensão dos dados apresentados.*

**Ana** – professora especialista

*Meu planejamento ocorre para todas as crianças desde as primeiras observações de suas potencialidades e em que momento de aprendizagem cada um se encontra, dessa forma registro potencias e habilidades e desta forma dou início as propostas de atividades que possam potencializar essas aprendizagens, assim para as crianças com TEA, algumas vezes as atividades foram as mesmas com formas de mediação diferenciadas, individualizadas ou em outros momentos adaptadas para o seu momento de aprendizagem, mas sempre no mesmo contexto da sala de aula e assim utilizo dos momentos de planejamento para a turma como um todo e alguns momentos de planejamento para adequações que só poderão ser elaboradas depois do planejamento matriz. As crianças TEA possuem materiais de trabalho com sequência didática, planejamento sistematizado de atividades extras e as adaptadas todos em espaços de fácil acesso dos que os acompanham em sala como cuidadora, professora de educação especial, estagiaria ou professora regente, assim todos podem acompanhar o trabalho de forma equalizada sem improvisações.*

**Cláudia** – professora regente

*Os profissionais do CMEI possuem tempo de planejamento com seus pares e com as pedagogas, bem como, com a professora de Educação Especial e todos devem dialogar e propor ações que atendam todas às necessidades das crianças, principalmente da criança EE, que tem suas especificidades.*

*Porém cada criança público alvo da EE deve ser analisado, pois em alguns momentos não necessitam de adaptação de atividades e apresenta comportamento semelhante a maioria das crianças da turma.*

**Rosa** – gestora escolar

Nesta questão, a professora diz que faz os arranjos e organização das atividades a partir do que foi planejado e estabelecido pela professora regente. Tendo como base a proposta definida pelo regente de classe, faz as flexibilizações, intervenções e organizações das atividades e ações pedagógicas necessárias para melhor aprendizagem da criança. A gestora escolar enfatiza o trabalho colaborativo entre as professoras e pedagogas para a melhor metodologia e atividades para a criança.

Nesse aspecto, é importante frisar que “são as experiências cotidianas das crianças na sala de aula que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas pela escola” (MITTLER, 2003, p. 173). Os professores e os gestores escolares têm um papel relevante em permitir e proporcionar flexibilizações curriculares e oportunizar as condições, os recursos necessários para conduzir adequadamente as atividades necessárias para cada criança, bem como, efetivar diretrizes na prática escolar que concretize a inclusão plena de todas as crianças.

Em sua opinião a inclusão acontece de fato no ambiente escolar?

*Nesta questão não opinarei sobre o trabalho do outro e sim sobre minhas ações, onde procuro estar sempre incluindo a criança em todas as ações que ocorrem nos momentos em que estou acompanhando-a, meu trabalho especializado é colaborar com a proposta da professora regente de sala com horários de atendimentos programados pela equipe técnica da unidade de ensino.*

**Ana** – professora especialista

*Muitas vezes não acontece, infelizmente, ouvimos diariamente discurso de professores dizendo que não estão preparados, mas esse é um discurso negligente e descomprometido com um trabalho que respeite a diversidade de aprendizagens e momentos das crianças. Atendemos crianças com variedades sociais, culturais e cognitivas que precisam ser consideradas nos planejamentos, mas nosso formato de escola disciplinizada, compartimentada onde todos aprendem igual no mesmo momento nunca será adequada para a diversidade. É preciso mudar o modelo de escola*



*para se alcançar o respeito a criança.*

**Cláudia** – professora regente

*Como falamos anteriormente, as famílias por meio de reuniões constantes e do acompanhamento do desenvolvimento da própria criança, consegue observar e percebe melhora no desempenho da criança. Isso faz com a família confie na escola e se sinta segura com o trabalho realizado. O acolhimento é feito já no início do ano, para estabelecer um trabalho de parceria entre família e escola, pois desta forma acreditamos no sucesso da criança, bem como no atendimento de qualidade e melhor desenvolvimento da criança.*

**Rosa** – gestora escolar

Observamos pelos relatos que a inclusão plena requer a responsabilidade e compromisso de todos na construção de uma escola que acolha, que compreenda a diversidade, estabeleça uma parceria de trabalho entre os profissionais e familiares, ou seja, crie oportunidade de aprendizagem para todos. Desse modo, a criança com TEA no contexto escolar precisa ser analisada conforme as palavras de Serra (2008, p. 115) “É preciso pensar sobre como poderíamos educar os alunos com autismo de maneira que eles possam gozar do direito à cidadania e usufruir do desenvolvimento e das possibilidades de aprendizagem”.

Cada escola e cada professor devem, no seu fazer cotidiano estabelecer as modificações para superar desafios como:

(i) lidar com a diversidade; (ii) formação adequada e aperfeiçoamento constante; (iii) utilização de metodologias, instrumentos, formas de avaliação e comunicação diferentes das convencionais; (iv) adaptações na sala de aula, no currículo, no plano de aula, ensino e nos projetos educacionais; (v) parcerias efetivas com profissionais especializados e família do educando; (vi) e, superação dos mitos e preconceitos que cercam a questão da diferença (SILVA, 2010, p. 84).

Nesse sentido, é imperativo para efetivar a inclusão, que todos estejam imbuídos do propósito de construir uma nova educação. Nessa lógica, o Governo Federal lançou em 2008, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na perspectiva da Educação Inclusiva,

[...] os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional

especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.14).

Desta feita, essa política busca contribuir para assegurar a inclusão escolar dos educandos do público alvo da educação especial, bem como orientar a todos os envolvidos no processo educativo, as esferas de governo, gestores escolares, professores, crianças, pais e comunidade em geral.

Outra questão proposta às famílias, foi que relatassem como se sentiam sendo mãe/pai de uma criança autista. Desta forma, segue abaixo os relatos:

*Existe um plano maior que guia a vida de cada ser humano. Esse plano não está pronto. Ele vai sendo formado a partir das ações que a gente toma, da energia que a gente coloca no mundo. Nascer com alguma deficiência, não significa que alguém será deficiente. Nascer como minoria não significa ser menos. O plano é querer mudar. Acreditar que pode mudar. Pedir força a Deus. Escolher fazer o bem, ainda que a opção pelo mal seja um atalho atraente. Confiar em Deus é tudo o que eu preciso. Ele é o criador do meu plano, é o dono da minha vida.*

**Carlos** – pai da estudante autista Talita

*É viver em altos e baixos o tempo todo com uma sociedade toda preconceituosa fica difícil ficar tranquilo. Me sinto desamparada pelos governantes, temos muitos direitos, mas ao mesmo tempo não temos nada. Como mãe eu gosto de mostrar a alegria de ser uma mãe de duas crianças como necessidades especiais por que me sinto abençoada.*

**Arlete** – mãe dos estudantes Rodrigo e Felipe

*Cansada, temos terapias todos os dias, foram às consultas mensais com neuro, psiquiatra e pediatra. Se uma atípica “normal” chama a mãe 50 vezes por dia, o autista pode chamar ou necessitar 500 vezes. Dormimos menos, ficamos felizes com comportamentos simples como cortar o cabelo, tomar banho, sair e sentar num restaurante. Mas dói muito os olhares de condenação das pessoas no meio das crises, a falta de respeito quando necessitamos de um atendimento prioritário. A falta de apoio nos órgãos públicos e privados. Sem contar a aceitação na família e amigos. Mas estou feliz, sou mãe e amo meu filho. Não tenho vergonha dele e nunca terei.*

**Jandira** – mãe do estudante Davi

Nos relatos dos pais, observamos o anseio para um acolhimento amoroso ao filho(a), num ambiente que seja seguro e livre de julgamentos. Esse sentimento dos pais é pertinente e importante, visto que:

Percebe-se que colocar o autista numa instituição pode trazer muitos conflitos internos e até mesmo problemas emocionais para os pais. Muitos deles costumam ter a sensação de que está deixando seus filhos de lado, como se houvesse um sentimento de culpa, isso porque já existe em nosso mundo um sentimento ligado à rejeição do filho deficiente (BRITO, 2015, p. 85).

Verificamos nesses depoimentos que a primeira preocupação dos pais é com a forma como os filhos são recebidos na escola e na sociedade, nessa lógica, é de suma importância que todo o universo escolar esteja preparado, que os profissionais possam compreender o mundo da criança com TEA, para que possam dialogar com as famílias para dar tranquilidade e segurança, ao mesmo tempo que possam explicar como ocorre o processo de inclusão escolar na instituição.

No questionário ainda, foi solicitado aos professores que relatassem o desenvolvimento da criança do TEA durante o ano. Desta forma, seguem abaixo os relatos:

*Esta criança se desenvolveu muito bem, pois ela gostava de participar de todas as atividades propostas relacionadas a turma e também quando fazíamos ações programadas envolvendo outras turmas da unidade de ensino, lembrando sempre que respeitamos seus limites, e quando ela apresenta uma negação ou irritabilidade elaboramos outras estratégias para que ela se sinta confortável no ambiente.*

**Ana** – professora especialista

*No ano de 2019 tive duas crianças autistas em sala, um deles menino, gêmeo e um outro uma menina que inicialmente não apresentou esse diagnóstico. O menino além do TEA também tinha as questões de comparação com o irmão, que estudava em outra sala de aula, mas ele apresentou Asperger e foi confirmado pela médica assim percebemos logo as suas aptidões, preferências e fomos potencializando as atividades, jogos e leituras para que permanecesse interessado nas vivências de sala de aula, mas não apresentou muita diferença dos demais crianças, apenas suas características pessoais de personalidade assim como todos os demais.*

*Já a aluna logo nos primeiros meses de aula já comecei a dialogar com a família para procurarem um diagnóstico mais preciso do que ela tinha pois*

*assim poderíamos realizar as intervenções de acordo com suas capacidades e potencialidades pois o diagnóstico que veio não condizia com suas limitações psicomotoras e orais. Mesmo assim antes do diagnóstico sair já fazia as mediações de acordo com TEA que percebi mais adequadas a ela, ao ser diagnosticada alguns especialistas foram incluídos em suas aprendizagens, já que estava fazendo acompanhamento no contraturno com o método ABA multidisciplinar.*

*Esses especialistas dialogavam com a escola abertamente além disso um trabalho de colaboração foi feito dentro da sala de aula onde a professora de educação especial acompanhava as atividades propostas pela professora regular, atividades adequadas, adaptadas e niveladas de acordo com as capacidades da aluna e o que traçamos como meta bimestral, trimestral, semestral e anual. Assim toda a equipe de atendimento pode acompanhar sem improvisos, contextualizando e a incluindo verdadeiramente nas atividades e ações cotidianas.*

**Cláudia** – professora regente

Referente ao depoimento das professoras, percebemos que as crianças com TEA foram bem desenvolvidas durante o ano, houve um trabalho colaborativo entre os diversos profissionais e famílias. Constatamos o esforço de as professoras em buscar ações que incluíssem as crianças nas diversas atividades, como intuito de promover seu desenvolvimento. Vale destacar que:

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão (ROPOLI et al, 2010, p. 9).

No cotidiano escolar, o diálogo pedagógico deve ser constante nas reuniões, momentos de planejamento, formação continuada, conselho de classe, reuniões de pais, etc., para aproximar os saberes, superar as dúvidas e incertezas, elencar ações e prioridades para construir uma escola/ambiente pedagógico que coaduna com os propósitos de uma educação inclusiva.

### 4.3 FAMÍLIA E ESCOLA: AÇÕES EM PROL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste tópico, faremos uma análise das narrativas dos entrevistados com o propósito de discutir as relações estabelecidas entre as ações dos familiares, professores e a gestora escolar que apontem para inclusão dos estudantes com TEA. Desta forma, vamos pinçar alguns trechos que já foram citados nos tópicos anteriores para servir de referência para nossa reflexão.

Alguns pontos que chamam atenção das narrativas de nossos entrevistados são o fato de serem uma percepção comum a todos em seus relatos, como exemplos:

*Acolhimento, desafio de todos, trabalho colaborativo, formação continuada, trabalho em parceria, contextualizando atividades, respeito aos seus limites, diversidade, diálogo, trabalho em equipe, acompanhamento, planejamento, propor ações, adaptar atividades, atender as necessidades da criança, potencialidades.*

**Carlos, Arlete, Jandira, Ana, Cláudia e Rosa** – pais, professores e gestora escolar

Percebemos que essas palavras perpassam o pensamento, as vivências e as experiências dos entrevistados cotidianamente, por isso, quando falamos de inclusão escolar, de construir uma escola que tem como foco a inclusão das crianças com TEA, essas palavras trazem/fazem todo o sentido e significado. Elas estão interligadas, vivas e presentes em todo saber pedagógico e social, estão no chão da escola, para serem problematizadas e estudadas e, sobretudo, efetivadas no contexto escolar ao trabalho com as crianças de TEA.

As argumentações acima citadas são pertinentes a inclusão escolar, está presente nas justificativas dos entrevistados, o que podemos considerar como positivo, pois muitas vezes a inclusão é vista com dificuldade devido à falta de conhecimento e preparado de alguns profissionais. Verificamos nas falas, uma postura proativa, de movimento e de atitude na busca de ações no campo familiar, educacional e social para de fato tornar a escola um espaço acolhedor e inclusivo para todos.

Na escola pesquisada, percebemos pelos relatos que há um esforço/união de todos num trabalho colaborativo que viabilize a aprendizagem na perspectiva de uma educação inclusiva das crianças com TEA.

Notamos a necessidade de formação continuada, constante reflexão da prática pedagógica e parceria entre família e escola para que não se perca o foco da educação na perspectiva da inclusão, pois como destaca Mantoan (2015), para que a inclusão ocorra é necessária uma transformação estrutural, haja vista que os atingidos não são exclusivamente os educandos com deficiência, ou os que apresentam dificuldades no aprendizado, não obstante todas as crianças.

Salientamos ainda, que alguns relatos destacam como a questão do ordenamento legal da educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Pelos relatos dos pais, professores e gestora escolar, verificamos uma preocupação em garantir o direito a uma educação de qualidade e inclusiva. Nesse entendimento, a inclusão educacional de autistas é garantida em lei e a negação desse direito pode ter sérias consequências. Por isso, Alvarenga (2017) explica que

A recusa de matrícula destes, em razão de sua deficiência, pode causar grandes multas para o Sistema de Ensino. Sendo que, estes também têm direito a um acompanhamento especializado, havendo necessidade. Acontece, muitas vezes, que a Escola, por falta de verba ou por despreparo no assunto, coloca um estagiário despreparado, sem capacitação técnica nenhuma, para cumprir este papel (ALVARENGA, 2017, p. 9).

Por isso, desenvolver uma educação pautada nos princípios e diretrizes da inclusão escolar é muito mais que garantir a matrícula, requer cuidados e preparos para uma diretriz segura e apropriada para todas as crianças, bem como, prover aos profissionais recursos pedagógicos necessários e diversificados para um trabalho profícuo, significativo e de qualidade a todos no contexto escolar. Nesse aspecto:

Um dos argumentos sobre a impossibilidade prática da inclusão total aponta os casos de alunos com deficiências severas, múltiplas, notadamente a deficiência mental, os casos de autismo. A Constituição, contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode realizar-se em ambientes segregados (MANTOAN, 2006, p. 39).

Assim, é preciso que a escola seja preparada e estruturada para receber essas crianças, os profissionais sejam qualificados e que tenham formação contínua, e as famílias e sociedade também inseridas nesse contexto, para que de fato a inclusão aconteça, e que se tenha foco no processo de aprendizagem e não apenas nos resultados, visto que o processo de inclusão social:

[...] contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 1999, p. 42).

Desse modo, uma intervenção pedagógica de qualidade e eficiente desde cedo no processo de escolarização na educação infantil pode contribuir para o desenvolvimento psicomotor, social e linguísticos das crianças com TEA, trazendo avanços na sua vida, na sua capacidade de aprender e interagir na sociedade. Nesse entendimento, é relevante no processo de formação profissional o entendimento de que a formação continuada não é construída por acúmulo de técnicas, conhecimento e cursos, contudo “[...] através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar estatuto ao saber da experiência” (NÓVOA, 1995, p. 25).

Nessa perspectiva, a escola deve ter clara a distinção entre integrar e incluir, pois:

A integração insere o sujeito na escola esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto que a inclusão escolar implica em redimensionamento de estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares, dentre outros. A inclusão num sentido mais amplo significa o direito ao exercício da cidadania (SERRA, 2004, p. 27).

Nesse seguimento, os relatos dos entrevistados apontam que suas ações e entendimentos caminham na direção de uma escola que promove um ensino inclusivo.

Neste aspecto, é salutar que todos os envolvidos na escola possam constantemente refletir sobre o processo de inclusão das crianças, Lopez (2011) evidencia que educadores, gestor escolar, demais funcionários da escola, famílias e discentes necessitam ter consciência de as particularidades de todos os educandos, além de,

[...] suas demandas específicas. Essa tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo (LOPEZ, 2011, p. 16).

Nessa vertente, verificamos que as justificativas apresentadas pelos entrevistados direcionam nosso entendimento de que as ações estabelecidas entre

as ações dos familiares, professores e gestores escolares apontam para inclusão dos estudantes com TEA, em questão neste estudo. Nessa linha de raciocínio, embora os relatos apontem positivamente para o processo de inclusão das crianças com TEA, não podemos esquecer que uma educação inclusiva não é uma tarefa fácil, é uma empreitada desafiadora para todos, do poder público governamental, famílias, crianças, escola, profissionais e sociedade em geral, para romper com toda inércia e/ou movimento que vai de encontro aos preceitos da inclusão plena.

Dado o devido destaque à questão da legislação em prol das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, passamos às reflexões e propostas de intervenção educacional no próximo item.

#### 4.4 REFLEXÕES E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL

O processo de ensino aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva requer ainda muitos desafios e rupturas de paradigmas, seja por parte da escola, sociedade e famílias.

Considerando o que preconiza a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, p. 330):

[...] as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Desta forma, as escolas, profissionais e sociedade devem repensar e construir um ambiente escolar que respeite e valorize as potencialidades de cada criança, ou seja, que ela tenha seu direito respeitado e valorizado sem discriminação.

Nas considerações de Chiote (2013) e Barbosa (2014) *apud* Barbosa (2018, p. 22) “a escolarização de crianças com TEA é um campo em construção e as indagações relacionadas a essa parcela da população perpassa diversas questões nas políticas públicas, sofrendo avanços e retrocessos, até mesmo em sua denominação”.

Nesse sentido, Camargo e Bosa (2009) destacam que as evidências de que a provisão precoce de educação formal, a partir dos dois aos quatro anos, aliada à integração de todos os profissionais envolvidos, tem obtido bons resultados. Assim,



quanto mais cedo a criança for inserida na educação formal, ou seja, no processo de ensino aprendizagem, ela se desenvolverá no processo de adaptação, socialização, afetividade e nos aspectos motores e cognitivos.

E preciso maiores investimentos do poder público no contexto escolar e também mais debates acerca do TEA para que a sociedade e os profissionais da educação possam ter condições de promover ações mais eficazes no processo educativo da criança.

Na abordagem psicopedagógica da escola, é importante que a estrutura da avaliação seja definida em conjunto com o aluno e a família já durante os contatos iniciais (CUNHA, 2017). A par dessa afirmação, reiteramos a necessidade de um bom preparo dos docentes que trabalharão com crianças de TEA.

Cunha (2017) elabora importante definição quando destaca que as abordagens educacionais baseadas apenas em conceitos científicos não conseguem afastar as barreiras das dificuldades de aprendizagem por não subsistirem sem o amor. A autora conclui que é crucial educar para o amor e não para o método. Outra vez vem uma pergunta: sabe o professor educar para o amor? É possível que alguns entre muitos professores sejam capazes disso.

Vigotski (2007) afirma que é importante o entendimento dos processos mentais do indivíduo para delinear programas de tratamento educacional e desenvolver ao máximo as potencialidades cognitivas.

Depreendemos que entender o processo de educação inclusiva significa muito o preparo para atuar com crianças de TEA. Precisamos entender que

De acordo com os princípios e fins da educação nacional, a educação é inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BELIZÁRIO FILHO; LOWENTHAL, 2013, p. 136).

Não devemos esquecer que a inclusão educacional de autistas é garantida em lei e a negação desse direito pode ter sérias consequências. Por isso, Alvarenga (2017) explica que:

A recusa de matrícula destes, em razão de sua deficiência, pode causar grandes multas para o Sistema de Ensino. Sendo que, estes também têm direito a um acompanhamento especializado, havendo necessidade. Acontece, muitas vezes, que a Escola, por falta de verba ou por despreparo no assunto, coloca um estagiário despreparado, sem capacitação técnica nenhuma, para cumprir este papel (ALVARENGA, 2017, p. 9).

Então, devemos ter presente que a

[...] inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2003, p. 28).

Promover a inclusão significa uma mudança de postura e de olhar sobre a deficiência, o que significa quebra de paradigmas (BELIZÁRIO FILHO; LOWENTHAL, 2013).

A inclusão escolar deve, pois, prever uma nova educação, incluindo a relação professor/criança como algo sumamente importante. Somente com tal relação efetivamente é possível pensar em crianças autistas passíveis de construir aprendizagem na escola.

Assim, entendemos que considerar “[...] as experiências cotidianas das crianças na sala de aula que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas pela escola” (MITTLER, 2003, p. 173).

Devemos, portanto, pensar a inclusão escolar a partir das pessoas com TEA, caso se queira uma inclusão efetiva delas. Precisamos lembrar que o espectro da sintomatologia e características das pessoas com TEA é tão amplo e diverso que é praticamente impossível traçar normas de fazer acontecer o alcance da inclusão de tais alunos (BELIZÁRIO FILHO; LOWENTHAL, 2013).

Em função dessas dificuldades, é preciso que cada família, escola e professor se preocupem não apenas com normas, mas com uma reflexão do que pode ser feito, sem se ater apenas ao que rege a lei.

Cunha (2017) explica que ainda que a criança não aprenda perfeitamente o que é ensinado, o professor estará trabalhando sempre a interação, a comunicação, a cognição e os movimentos. “Haverá conquistas e erros, muitas vezes mais erros do que conquistas, mas o trabalho jamais será em vão” (CUNHA, 2017, p. 59).

Nesta lógica, Cunha (2017, p. 60) sugere que “nas atividades, o educador convida o autista, chamando-o pelo nome; comunica o que irá ser realizado naquele momento”.

Claramente percebemos como o autor recomenda detalhes. Isso acontece quando insiste que “tudo a seguir vai ser nomeado e feito primeiramente pelo professor – caso ainda não haja autonomia – procurando constantemente cativar a emoção” (CUNHA, 2017, p. 60).

O autor em voga recomenda os seguintes cuidados para que a criança possa descobrir:

- Que as pessoas ao seu redor são importantes;
- Os valores da amizade;
- O afeto, o carinho e o amor;
- As regras sociais que ajudam a memorização;
- O convívio com outras crianças;
- As rotinas diárias que ajudarão sua independência e autonomia;
- A importância de compartilhar sentimentos e interesses (CUNHA, 2017, p. 61).

Percebemos nessas orientações acima, alguns procedimentos que o professor e toda comunidade escolar pode adotar para mitigar as dificuldades da criança com TEA no processo de inclusão.

A interação com outras crianças e o professor estimulando a concentração e a participação das crianças com TEA na realização das tarefas ajuda a alcançar efetivamente uma aprendizagem significativa.

Nesse raciocínio, Cunha (2017, p. 62-63) indica também que há três estágios a serem observados durante a aprendizagem.

1º – O professor reconhece as habilidades que o aluno possui e as que devem ser adquiridas. O mais importante será atrair sua atenção e provocar o desejo de aprender.

2º – O educando passa a interagir mais com o professor, ainda que seja apenas com o olhar, tornando-se mais disposto a responder nas brincadeiras momentos de prazer. O contato visual é o início do desenvolvimento da capacidade de interação do aluno. Mesmo que ele ainda não se comunique por meio da fala, o seu comportamento é uma forma de expressão, sempre possuidor de significados que não podem ficar despercebidos.

3º – O aprendiz já sabe o que fazer. Reconhece o ambiente escolar, os materiais pedagógicos, os brinquedos e as atividades que deverá realizar. (CUNHA, 2017, p. 62-63).

Observando as valiosas informações levantadas pelos autores consultados, é sumamente necessário o uso de material pedagógico adequado para que o autista consiga, de fato, integrar-se ao trabalho com os demais crianças de sua turma – classe.

Alguns itens são indicados por Cunha (2017):

- rasgar jornal e brincar com água para aliviar tensões e desenvolver coordenação motora fina;
- usar tinta para rabiscar papéis com os dedos em forma de pinça a fim de desenvolver a “pega do lápis”;
- subir escadas e rolar pneus para atividades motoras amplas (CUNHA, 2017, p. 63).

Nessa perspectiva, é salutar que o professor esteja atento e observando a reação de cada criança, para fazer as devidas intervenções procurando verificar se o que foi planejando está apropriado e atendeu aos objetivos propostos para o desenvolvimento das crianças.

Para alcançar efetivamente todas essas perspectivas, o educador durante suas aulas deve estimular a capacidade de atenção dos alunos durante a execução das atividades propostas em sala de aula (CUNHA, 2017).

Cunha (2017) recomenda que o professor deve sempre observar a reação do sua criança, para verificar se alguma ação desenvolvida não causa efeito contrário ao desejado.

Há inúmeros tipos de materiais, dentre os quais se destacam os “materiais montessorianos de encaixes geométricos; [...] cubos do Binômio e Trinômio; [...] peças tridimensionais, lápis de cor, giz de cera, aquarela, massa de modelar e argila, entre outros” (CUNHA, 2017, p. 65-67), desta forma entendemos que o professor deve ser abastecido de diversos materiais, equipamentos e recursos para administrar suas aulas com a presença de autistas.

Nesta linha de raciocínio Brito (2015, p. 87) afirma que:

A escola, e em especial, o professor pode assumir um papel importante na vida das crianças autistas se informados corretamente. O currículo das escolas deve ser adaptado às necessidades das crianças e não o contrário. E para isso, é preciso proporcionar oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes.

A instituição escolar, equipe técnica-pedagógica, administrativa e professores devem buscar oportunidades, adaptações curriculares, recursos didáticos para atender as necessidades das crianças, buscando sempre o desenvolvimento da criança como um todo.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

*Um anjo pergunta à Deus:*

*- O que é um autista?*

*E Deus lhe responde:*

*- É um de vocês que permito descer à Terra!*

**Lu Lena**

Embora eu conviva há 28 anos com minha filha autista, a realização desta pesquisa resultou em muitas reflexões e inquietações. Tanto as reflexões quanto as inquietações foram positivas para a mãe, para a educadora e para a pesquisadora, pois fez com que um movimento acontecesse.

Esse movimento gerou o que ora apresentamos como produto dessa dissertação, realizado no momento em que surge a necessidade de conversar com os parceiros de jornada, ou seja, pais, professores e educadores. Foi no calor da emoção que surge a carta (APÊNDICE A).

Um diálogo sincero e importante.

Uma conversa que pode ajudar a quem lida com um autista.

Um dicas que foram escritas com coragem, emoção e sinceridade!

Na sequência, o material apresentado em forma de folheto (APÊNDICE B), são informações que podem ajudar a esse grupo de pessoas. São colaborações simples, mas eficientes, que tem ajudado a muitos profissionais a compreender um pouco desse universo e, ao mesmo tempo, ajudado aos autistas a partir do momento em que há profissionais providos de mais conhecimentos e força de vontade em estudar e educar a criança autista.

Partindo da premissa de que:

Os interesses das crianças com autismo têm a propensão de ser altamente restritos e rígidos, anormais em intensidade ou foco. Essas crianças podem aprofundar-se em um tema circunscrito, comumente de natureza idiossincrática, como nomes de dinossauros, linhas de ônibus ou marcas de carros. Tal característica torna possível ao autista apropriar-se de um sem-número de informações sobre objetos ou eventos específicos, porém as dificuldades sociais que acompanham o transtorno criam obstáculos a sua utilização para fins sociais (SCHMIDT, s.d).

Há que se inteirar das possibilidades e dificuldades do estudante autista, visto que boa parte dos educadores acreditam que essas crianças não aprendem.

Assim considerando, um ponto de partida interessante é a sensibilização das pessoas de forma geral, para que essas interessem-se em conhecer um pouco mais sobre o autismo e, num momento posterior, estudem a respeito, pois

[...] apesar dos avanços no entendimento do autismo e sua utilização para o desenvolvimento de intervenções nos campos clínico e educacional, o panorama nacional ainda mostra demandas pouco atendidas, como pesquisas empíricas, de natureza aplicada na geração de resultados, que apoiem o desenvolvimento de políticas públicas para atendimento a essa população (SCHMIDT, s.d).

Nosso intuito com esse produto é esse ponto de partida.

Na sequência, um longo caminho se abre e muitas possibilidades apresentar-se-ão. Importa começar!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque, neste tema, nos levou a investigar por meio de uma pesquisa de campo, realizada em uma escola de educação infantil, como pais, professores e gestor escolar como promover a inclusão, especificamente quais conhecimentos e conceitos sobre inclusão, legislação que trata a educação inclusiva, as práticas de inclusão desenvolvidas, bem como, refletir sobre as relações estabelecidas por todos para a inclusão da criança autista.

Neste estudo, evidenciamos pelas narrativas que em relação ao conhecimento sobre legislação concernente a inclusão escolar, os entrevistados fizeram afirmações amplas, sem destacar especificamente nenhum documento, número e/ou decreto de lei, bem como, não cita nenhum nome de um estudioso específico sobre a temática da educação inclusiva e também sobre o tema TEA. No entanto, as professoras demonstram conhecimentos significativos sobre a temática da inclusão escolar, quando fazem a diferenciação entre “integração e inclusão escolar propriamente dita”, assim como, afirmaram que sempre estão se atualizando nas formações continuadas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Nessa ótica, o processo de formação de professores e demais profissionais da escola corrobora para a inclusão, de acordo com Mantoan (2015) a inclusão depende não somente de uma reforma do pensamento e da escola como também da formação continuada dos professores. Cabe ressaltar a relevância de todos os profissionais participarem e se atualizarem nos diversos meios de formações educacionais: formação continuada em serviço, congresso, seminários, grupos de estudos, dentre outros.

Os pais reiteram a necessidade de terem seus direitos concretizados em âmbito escolar, social, médico, terapêutico, etc. garantidos e preconizados em diversas legislações na esfera municipal, estadual e federal.

Na escola pesquisada, tanto os professores quanto a gestora escolar esclareceram que buscam no cotidiano escolar trabalhar de fato a inclusão das crianças autistas, respeitando o que rege a legislação. A gestora escolar também abordou as normatizações em relação à educação inclusiva, destacando ainda, que faz uma gestão democrática, depreendemos desse modo, que na construção de uma escolar democrática e inclusiva todos os atores sociais: pais, professores,

comunidade e equipe técnico-administrativa-pedagógica devem unir esforços e ações em conjunto e em colaboração para que de fato possa ocorrer a inclusão plena.

Os relatos abordaram uma questão muito importante que é como os entrevistados veem a inclusão da criança autista, constatamos que as entrevistadas apontam que cada criança tem suas características, especificidades e potencialidades, do mesmo modo, a criança com TEA também tem suas particularidades na forma de aprender e conviver. Nessa linha de raciocínio, o professor precisa estar atento ao perfil de sua criança, seus interesses, potencialidades, seus gostos, etc., para que assim, tenha elementos para pensar e planejar atividades viáveis e adequadas a sua criança. Nessa perspectiva, considerando a escola como uma rede colaborativa de muitos atores, segundo Bassotto, (2018, p. 97) “[...] ganha destaque a figura do professor como interlocutor de todas estas partes, pois atua diretamente com o propósito mais precioso da instituição escolar, a criança”.

Pelas análises, verificamos que em relação à educação e cuidados, os pais das crianças autistas consideraram um desafio no cotidiano, são gerados anseios e expectativas no desenvolvimento deles. Destacam nos relatos que TEA é uma dificuldade a ser superada, no desenvolvimento e limitações dos filhos com TEA, verificamos ainda, um diagnóstico e insatisfação por parte da sociedade, ao afirmar que a sociedade está “totalmente despreparada”, no entanto, não fizeram apontamentos sobre quais são os seguimentos e setores que precisam ser aperfeiçoados para atender as crianças com TEA.

No tocante às práticas de inclusão escolar na escola pesquisada, percebemos pelas narrativas dos pais, professoras e gestora escolar que a mesma ocorreu de forma tranquila, acolhedora, sem preconceito e discriminação. Nos relatos, os entrevistados apontaram que as crianças eram inseridos em todos os momentos na escola, adequando as atividades, além do uso de recursos e metodologias para que eles sejam capazes de aprender, fazer e interagir com todos e também com as atividades.

Os relatos apresentados pelos entrevistados apontam que o melhor modelo de inclusão escolar, é aquele que acolhe sem um olhar preconceituoso, mas que considera o indivíduo como alguém capaz, que pode se desenvolver e interagir, ou seja, aquele processo de inclusão que fundamenta na legislação, num planejamento



elaborado pautada nas características e peculiaridades de cada criança, um trabalho integrado entre todos os profissionais e familiares.

Pelas análises dos resultados, notamos que em relação às flexibilizações curriculares e organização do ano letivo, as respostas foram genéricas, afirmaram que foram feitas flexibilizações curriculares, arranjos e organização nos trabalhos e intervenções com as crianças com TEA, realizaram mudanças nas atividades, rotinas e materiais para melhorar o aprendizado e a compreensão das crianças.

Nesse aspecto, cabe ressaltar que diversos estudos apontam a pertinência de promover uma educação baseada na realidade e potencial dos educandos, realizando um diagnóstico inicial apurando quais são suas dificuldades, limitações e potencialidades. Tenha um perfil de sua criança para traçar as estratégias e metodologias mais adequadas para promover seu desenvolvimento. Inferimos por meios dos relatos, que a escola, profissionais e famílias são envolvidos e buscam realizar um trabalho colaborativo entre todos, no intuito de estabelecer mecanismos para propiciar a inclusão das crianças com TEA.

As narrativas demonstram que a temática inclusão e o TEA, trazem/fazem todo o sentido e significado, estão presentes e vivas no cotidiano da instituição, dos profissionais, dos pais envolvidos e nas orientações e normatizações curriculares, no saber pedagógico da escola pesquisada. Verificamos nas falas, uma postura proativa, de movimento e de atitude na busca de ações no campo familiar, educacional e social para de fato tornar a escola um espaço acolhedor e inclusivo para todos.

Para Mittler (2003, p. 21), a inclusão “[...] é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações”.

Por fim, o percurso deste estudo provoca o desafio, de seguir estudando e pesquisando a temática da inclusão escolar e TEA, pois ainda, há muito o que fazer e conhecer sobre como de fato a inclusão escolar ocorre nas instituições, sabemos que é uma empreitada desafiadora para todos, do poder público governamental, famílias, crianças, escola, profissionais e sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, N. M. de. **Lei Berenice Piana e inclusão dos autistas no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.fadiva.edu.br/documentos/jusfadiva/2017/06.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2019.
- ALVES, M. M. C; LISBOA, D. O; LISBOA, D. O. **Autismo e inclusão escolar**. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade I. Disponível em: [http://educonse.com.br/2010/eixo\\_11/e11-25a.pdf](http://educonse.com.br/2010/eixo_11/e11-25a.pdf). Acesso em: 23 mai. 2019.
- BAPTISTA, C. R; BOSA, C. Org. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. São Paulo: Artmed, 2012.
- BARBOSA, M. O. **Estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na escola: desafios para a ação educativa compartilhada**. 2018. 232 f. Tese (doutorado). Universidade Federal de São Carlos.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BASSOTTO, Beatriz Catharina Messinger. **Escolarização e inclusão: narrativas de mães de filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Universidade de Caxias do Sul. Dissertação. 2018. 128 f.
- BELIZÁRIO FILHO, J; LOWENTHAL, R. A inclusão escolar e os transtornos do espectro do autismo. In: SCHMIDT, C. Org. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
- BETTELHEIM, B. The empty fortress. New York: Free Press, 1967. In: LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**. Campinas, SP: Papirus, 1987.
- BEYER, H. O. A criança com autismo: propostas de apoio cognitivo a partir da “teoria da mente”. In BAPTISTA, C. R. e BOSA, C. Org. **Autismo e inclusão: reflexões e propostas de intervenção**. São Paulo: Artmed, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Governo Federal. 1888.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.
- BRASIL. **Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854**. Cria nesta Corte um instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 295-300, 1854.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília.

BRASIL. Decisão nº 242, de 18 de dezembro de 1854. **Mandando que se observe provisoriamente o Regimento interno dos Meninos Cegos.** Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil, p. 270-288, 1854.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES.** Brasília. Governo Federal.

BRASIL. Lei nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília. Governo Federal.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.** Brasília. Governo Federal.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. Governo Federal.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 23 mai. 2019.

BRITO, E. R. de. **A inclusão do autista a partir da educação infantil:** um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop - Mato Grosso. Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de Matemática e Ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, vol. 21, núm. 1, enero-abril, 2009, p. 65-74.

CASTRO, A. M. **A prática pedagógica dos professores de ciências e a inclusão do aluno com deficiência visual na escola pública.** Dissertação de Mestrado Não-

Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2002.

CHIOTE, F. A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica.** Rio de Janeiro: Wak editora, 2013.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e família.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

DAMIÃO, C. R. **Educação Especial: visão de professores e psicólogos.** Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2000.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris.** 10 dez. 1948.

FACION, José Raimundo. **Transtornos invasivos do desenvolvimento e transtornos de comportamento disruptivo.** 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDFARB, W. **The mental impact of mother and child in childhood chizophrenia.** Am. J. Orthopsychiatry, 1961. In: LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos.** Campinas, SP: Papyrus, 1987.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

JUSEVICIUS, V. C. **Inclusão escolar e alunos com necessidades educativas especiais: fala de professores.** Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact.** Nervous Child., 2, 217-250, 1943.

KANNER, L. To what extent is early infantile autism determined by constitutional inadequacies. In: LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos.** Campinas, SP: Papyrus, 1987.

LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos.** Campinas, SP: Papyrus, 1987.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas.** 2011. Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summues, 2015.

- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente**. In: Os professores e a sua formação. Nóvoa, A. (org.) 2. ed. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, P. C. de. **Educação e Emancipação: Reflexões a partir da filosofia de Theodor Adorno**. In: Theoria – Revista Eletrônica de Filosofia. 1º ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- ORRÚ, S. E. A Formação de Professores e a Educação de Autistas. **Revista Iberoamericana de Educación** (Online), Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003.
- PACHECO, José [et al]. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PLETSCH, M. D; DAMASCENO, A. **Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Rio de Janeiro: UFRRJ, s.d.
- ROPOLI, E. A.; MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. da C. T. dos; MACHADO, R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1.
- SANTOS, M. A; SANTOS, M. F. S. (2011). **Representações sociais de professores sobre o autismo infantil**. *Psicologia & Sociedade*, v.23, n 3, 364-372.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999. 174p.
- SCHMIDT, C. (Org). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- SCHMIDT, C. **Transtorno do espectro autista: uma atualização**. (palestra). Disponível em: [https://www.ftec.com.br/static/media/uploads/palestra\\_-\\_prof.carlo\\_schmidt.pdf](https://www.ftec.com.br/static/media/uploads/palestra_-_prof.carlo_schmidt.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.
- SERRA, D. C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UERJ, 2004.
- SERRA, D. C. G. **Entre a esperança e o limite: um estudo sobre a inclusão de alunos com autismo em classes regulares**. Rio de Janeiro, 124 p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2008.
- SILVA, E. C. S. A prática pedagógica dos professores de alunos com autismo. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE)**, São Carlos, 2010.

SMEHA, L. N; CEZAR, P. K. **A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, p. 43-50, 2011.

VASQUES, C. K.; BAPTISTA, C. R. (2006). **Transtornos globais do desenvolvimento e educação**: um discurso sobre possibilidades. Florianópolis.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

## APÊNDICE A

CARTA DE UMA MÃE DE AUTISTA para pais, professores e educadores  
CELEBRE A DIFERENÇA: AUTISMO

*Carta de  
uma mãe  
de autista*

*para pais, professores e educadores.*

*por Roseli Francisco da Rocha Dias*

Quando ele estiver com comportamentos inadequados, não valorize isso, não fique alheando ou julgando se você não puder fazer nada. Caso você seja o profissional dessa criança, tente tirar a foca da crise, fale de outro assunto, chame a atenção da criança para outra situação que não seja a que tenha sido o gatilho da crise. Quando a criança se acalmar, olhe nos olhos dela, abaixe para falar com ela na mesma altura, nunca aumente o tom de voz, faça ser entendida, pergunte se pode ajudar, se ela está com dor. Repita isso todos os dias e toda a tempo que a criança precisar.



Tente trabalhar as dificuldades de forma natural, e participe de cada detalhe. Não transfira a responsabilidade para os profissionais, apenas nas terapias, ou na escola. Procure explicar para os profissionais que vão trabalhar com seu filho, cada dificuldade, cada qualidade, o que funciona, o que assusta, o que ajuda no desenvolvimento da seu filho.



Não permita que seu filho seja cuidado por um profissional que não ame o que faz. Qualquer criança merece ter um professor, um cuidador, uma terapeuta, uma babá, uma avó que não transfira suas frustrações nela.



Nunca chame a atenção da criança usando os seus sentimentos negativos, se você estiver cansado, estressado ou nervoso, esse não é o momento de conversar com a criança ou tentar corrigi-la. Quando estamos na posição de ensinar, independente da profissão, devemos estar em paz de espírito, mesmo que por dentro tenha algo gritando dentro de nós.



Mantenha rotina, pois é substancial para qualquer criança, independente dela ser deficiente ou não. Não diga apenas "não" para criança, explique o porquê de não ser legal fazer algo ou ter aquela atitude, mesmo que isso possa doer em você. Tente falar em uma linguagem fácil, mas não trate seu filho de quatro anos como se fosse um bebê.



E quando ele estiver com comportamentos inadequados, não valorize isso, não fique olhando ou julgando se você não puder fazer nada. Caso você seja o profissional dessa criança, tente tirar o foco da crise, fale de outro assunto, chame a atenção da criança para outra situação que não seja a que tenha sido o gatilho da crise. Quando a criança se acalmar, olhe nos olhos dela, abaixe para falar com ela na mesma altura, nunca aumente o tom de voz, faça ser entendido, pergunte se pode ajudar, se ela está com dor. Repita isso todos os dias e toda a tempo que a criança precisar.



Tente trabalhar as dificuldades de forma natural, e participe de cada detalhe. Não transfira a responsabilidade para os profissionais, apenas nas terapias, ou na escola. Procure explicar para os profissionais que não trabalhar com seu filho, cada dificuldade, cada qualidade, o que funciona, o que assusta, o que ajuda no desenvolvimento do seu filho.



Não permita que seu filho seja cuidado por um profissional que não ame o que faz. Qualquer criança merece ter um professor, um cuidador, uma terapeuta, uma babá, uma avó que não transfira suas frustrações nela.



Nunca chame a atenção da criança usando os seus sentimentos negativos, se você estiver cansado, estressado ou nervoso, esse não é o momento de conversar com a criança ou tentar corrigi-la. Quando estamos na posição de ensinar, independente da profissão, devemos estar em paz de espírito, mesmo que por dentro tenha algo gritando dentro de nós.



Mantenha rotina, pois é substancial para qualquer criança, independente dela ser deficiente ou não. Não diga apenas "não" para criança, explique o porquê de não ser legal fazer algo ou ter aquela atitude, mesmo que isso possa doer em você. Tente falar em uma linguagem fácil, mas não trate seu filho de quatro anos como se fosse um bebê.



Encorajar a criança é muito bom. Entretanto, explique os riscos de cair de uma altura, com orientações "tembra quando você ralou o joelho quando caiu andando, se subir na mesa ou em outro local a dor vai ser muito maior". Tenha paciência em explicar cada detalhe.



Não faça contenção em uma criança se ela não estiver em risco, principalmente ser for autista, visto que eles possuem problemas sensoriais. Mas também não proteja a criança o tempo toda, minha filha tinha medo de cachorro (comprei um filhote de shiatzu para ela), tinha medo de liquidificador por conta da barulha (pegava-o e mostrava que ali eu fazia seu suco) nas primeiras experiências foi difícil, porém depois de inúmeras tentativas ela acabou aceitando.



Receba com alegria a criança sempre, contudo se estiver triste, fale com a criança que está triste, que a coração dói, que precisa ficar quietinha. As crianças gostam de conversar, entretanto as pessoas acham que elas podem ficar alheias aos assuntos até que tenham idade suficiente para sentarem sozinhas em uma mesa. Não seja ingênuo, as crianças entendem tudo e precisam para além de brincar, necessitam aprender desde pequeno o contexto de tudo na linguagem apropriada para sua idade. E nunca minta ou prometa nada para a criança aquilo que não cumprirá.



Se você é profissional da educação, converse com os pais. Na maioria das vezes o comportamento da criança é excesso ou falta de alguma coisa. Precise ajudar as mães, muitas delas não têm um marido compreensivo, além de precisarem de trabalhar em alguns casos.



Na meu casa, prepara atividades pedagógicas, finja não entender o que a minha filha quer até que ela se esforce em falar o que quer, também não desvaloriza seu sofrimento. Estamos em processo de evolução e aprendizado todos os dias.

Espera que com este breve relato seja um norteador para a vida de vocês.

Roseli Francisco da Rocha Dias



**CELEBRE A DIFERENÇA:**

**AUTISMO**

ROSELI FRANCISCO DA ROCHA DIAS  
EDMAR REIS THIENGO

Caro Educador,

Apresento algumas curiosidades e advertências que podem ser importantes no contato com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

São informações simples, no entanto significativas e que poderão trazer compreensões iniciais. Naturalmente você precisará, em seguida, aprofundar seus estudos para melhor entender a criança autista e atendê-la de forma eficiente.

No final desse folheto, apresento alguns links importantes, que poderão lhe ajudar.

Aproveite!

## SÍMBOLOS DO AUTISMO



### AZUL

A cor azul representa a maior incidência de casos no sexo masculino.

### QUEBRA-CABEÇA

Representa a complexidade do autismo e seus diferentes espectros que se encaixam



### FITA

Formada por quebra-cabeças com cores diferentes representando a diversidade das pessoas e famílias que convivem com o transtorno, bem como a diversidade de tratamentos.

## ATENÇÃO AOS COMPORTAMENTOS



### INABILIDADE DE INTERAÇÃO SOCIAL:

Pouco contato visual;  
Indiferença afetiva;  
Inabilidade de interação;  
Dificuldades com as emoções.

### DÉFICIT DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Falta de reciprocidade no diálogo;  
Inadequação no uso de certos termos;  
Problemas em compartilhar informações.



### COMPORTAMENTOS REPETITIVOS E RESTRITIVOS:

Rigor às rotinas;  
Resistência a mudanças;  
Apego a objetos específicos;  
Alteração na alimentação;  
Colecionismo.



# AUTISMO

## EM FOCO



### **CRIANÇAS AUTISTAS APRENDEM!**

O processo de escolarização de crianças autistas exige um olhar diferenciado por parte dos educadores, visto que cada criança aprende de forma própria, não respondendo muitas vezes ao método tradicional.

Dificuldades existem, no entanto estas podem ser contornadas, desde que se conheça a criança e suas potencialidades. Para tanto, o educador precisa conhecer seu aluno, investigar e investir em técnicas que exploram o potencial que possuem, desenvolvendo dessa forma suas habilidades.



# AUTISMO

## EM FOCO



### CONTATO VISUAL COM AUTISTA É POSSÍVEL!

Se coloque frente a frente com a criança;  
Use algo que seja de seu interesse;  
Reduza os estímulos do ambiente.

### MANTENHA A ATENÇÃO DO ESTUDANTE AUTISTA!

Utilizar materiais com cores que despertem seu interesse;  
Usar linguagem direta e objetiva;  
Explorar atividades lúdicas.



### PROBLEMAS QUE PODEM ACONTECER E QUE DEVEMOS EVITAR!

Isolamento da criança;  
Bullying;  
Deixar a criança de lado porque seu ritmo é diferente das demais;  
Desinteresse pelas aulas se o professor não considera a especificidade da criança.





# AUTISMO

## EM FOCO



### AUTISTAS POSSUEM DIREITOS!



#### Direito a Tratamento Multidisciplinar

Lei 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas Autistas, afirmando que todas as pessoas que convivem com o TEA têm direito a tratamentos, através do SUS, necessários ao seu desenvolvimento geral.

#### Direito de Exercer uma Profissão

Lei 8.213/1991, em seu artigo 93, institui a inclusão profissional de pessoas que tenham alguma deficiência ao mercado de trabalho. A jurisprudência anterior foi reeditada pela Lei 13.146/2015.

#### Direito a Inclusão Escolar

Lei 13.146/2015 assegura que alunos com autismo ou outro transtorno especial tenham acesso à escola. Além disso, a instituição deve promover adaptações que favoreçam o desenvolvimento da criança ao espaço em questão, além de assegurar material gratuito, caso necessário.

# AUTISMO

## EM FOCO



### QUER SABER MAIS SOBRE AUTISMO? ACESSE:

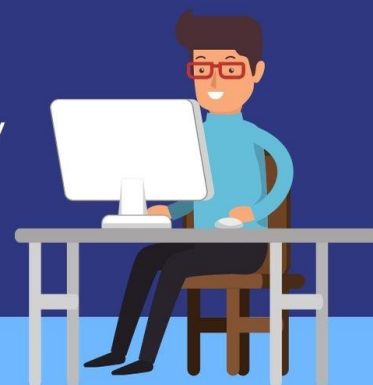
Associação Brasileira de Autismo - ABRA  
<http://www.autismo.org.br/site/>

Associação dos Amigos dos Autistas do ES - Amaes  
<https://amaes.org.br/>

Revista Autismo  
<https://www.revistaautismo.com.br/>

Autismo e Realidade  
<https://autismoerealidade.org.br/>

Autismo em dia  
<https://www.autismoemdia.com.br/>



## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSOR

Mestrado Profissional Em Ciência, Tecnologia e Educação

Tema: Autista na educação infantil: Desafios para uma educação inclusiva

Mestranda: Roseli Francisco da Rocha Dias

Entrevista para dar sustentação à pesquisa, de forma que a identidade será preservada e as respostas individuais.

- 1) Qual o seu conhecimento sobre as leis e teóricos que tratam do tema Educação Inclusiva/TEA?
- 2) Qual é a concepção de inclusão escolar/autismo?
- 3) De que forma foi feita a inclusão no ambiente escolar?
- 4) Em sua opinião qual o melhor modelo de inclusão escolar?
- 5) Como foram feitas flexibilizações curriculares como alternativa pedagógica no trabalho com a criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e sua inclusão no ambiente escolar?
- 6) De que forma você organiza, durante o período letivo, as atividades desenvolvidas com a criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)?
- 7) Em sua opinião a inclusão acontece de fato no ambiente escolar?
- 8) Como foi o desenvolvimento da criança durante o ano letivo? Faça um breve relato:

## APÊNDICE C

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PAIS

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Tema: Autista na educação infantil: Desafios para uma educação inclusiva

Mestranda: Roseli Francisco da Rocha Dias

Entrevista para dar sustentação à pesquisa, de forma que a identidade será preservada e as respostas individuais.

- 1) Qual foi sua reação ao descobrir que seu filho é autista?
- 2) Como você vê o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)?
- 3) Como você gostaria que as pessoas vissem o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)?
- 4) De que forma foi feita a inclusão do seu filho no ambiente escolar?
- 5) Qual o melhor modelo em sua opinião?
- 6) Como se sente sendo mãe de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), faça um breve relato:

## APÊNDICE D

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTOR

Tema: Autista na educação infantil: Desafios para uma educação inclusiva

Mestranda: Roseli Francisco da Rocha Dias

Entrevista para dar sustentação à pesquisa, de forma que a identidade será preservada e as respostas individuais.

- 1) Qual o seu conhecimento sobre as leis e teóricos que tratam do tema Educação Inclusiva/TEA?
- 2) Qual é a concepção de inclusão escolar/autismo?
- 3) De que forma foi feita a inclusão no ambiente escolar?
- 4) Qual o melhor modelo de inclusão escolar?
- 5) Como foram feitas flexibilizações curriculares como alternativa pedagógica no trabalho com crianças com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e sua inclusão no ambiente escolar?
- 6) De que forma você organiza, durante o período letivo, as atividades desenvolvidas com a criança com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)?
- 7) Em sua opinião a inclusão acontece de fato no ambiente escolar?
- 8) Como é feita a inclusão escolar de forma geral e em específico no caso de crianças com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)?
- 9) A equipe gestora busca estratégias para que toda equipe escolar participe da inclusão no ambiente escolar, principalmente no caso de crianças autistas? Quais?
- 10) São discutidos métodos e estratégias para o desenvolvimento e aprendizagem da criança e inclusão dos mesmos, nos momentos de planejamento individual e coletivo? De que forma?
- 11) De que forma é tratado o tema inclusão e em específico autismo com os pais de crianças atendidas pelo professor de educação especial? Quais

intervenções são feitas para que os pais também se sintam acolhidos no ambiente escolar?